



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Reitoria
Avenida Vicente Simões, 1.111, Nova Pousa Alegre, Pousa Alegre / MG, CEP 37553-465 - Fone: (35) 3449-6150

RES 28/2020 - CONSUP/RET/IFSULDEMINAS

27 de agosto de 2020

Dispõe sobre a homologação da Resolução "ad referendum" 002/2020 que trata da atualização do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) - Pedagogia, EaD - IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho

O Reitor e Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Professor Marcelo Bregagnoli, nomeado pelo Decreto de 23 de julho de 2018, DOU nº 141/2018 – seção 2, página 1 e em conformidade com a Lei 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**:

Art. 1º – Homologar a Resolução "ad referendum" 002/2020 que trata da atualização do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) - Pedagogia, EaD - IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura e revoga as disposições em contrário.

Marcelo Bregagnoli
Presidente do Conselho Superior
IFSULDEMINAS

Documento assinado eletronicamente por:

- **Marcelo Bregagnoli**, REITOR - RET, em 27/08/2020 14:30:54.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/08/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 83387

Código de Autenticação: 8b5005d1da





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Reitoria
Avenida Vicente Simões, 1.111, Nova Pousa Alegre, Pousa Alegre / MG, CEP 37553-465 - Fone: (35) 3449-6150

RESOLUÇÃO 2/2020 - CONSUP/RET/IFSULDEMINAS

5 de março de 2020

Dispõe sobre a aprovação “ad referendum” da atualização do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) – Pedagogia, EaD - IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho.

O Reitor e Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Professor Marcelo Bregagnoli, nomeado pelo Decreto de 23 de julho de 2018, DOU nº 141/2018 – seção 2, página 1 e em conformidade com a Lei 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar “ad referendum” a atualização do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) – Pedagogia, EaD - IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho.(Anexo)

Art. 2º - Atualizar a Resolução 053/2018 de 22 de agosto de 2018.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Marcelo Bregagnoli
Presidente do Conselho Superior
IFSULDEMINAS

Documento assinado eletronicamente por:

- **Marcelo Bregagnoli, REITOR - RET**, em 05/03/2020 16:24:05.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 05/03/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 51105
Código de Autenticação: fe1fcd213b





PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

**Muzambinho – MG
2020**

GOVERNO FEDERAL
Ministério da Educação

PRESIDENTE DA REPÚBLICA (interino)
Jair Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Abraham Weintraub

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Ariosto Antunes Culau

REITOR DO IFSULDEMINAS
Marcelo Bregagnoli

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Honório José de Moraes Neto

PRÓ-REITOR DE ENSINO
Giovane José da Silva

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO
Cléber Ávila Barbosa

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
Sindynara Ferreira

PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS
Luiz Ricardo de Moura Gissoni

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

Conselho Superior

Presidente

Marcelo Bregagnoli

Representantes dos diretores gerais dos campi

Luiz Flávio Reis Fernandes, Carlos Henrique Rodrigues Reinato, Renato Aparecido de Souza, João Paulo de Toledo Gomes, João Olympio de Araújo Neto, Thiago Caproni Tavares, Mariana Felicetti Rezende, Francisco Vitor de Paula

Representante SETEC/MEC

Eduardo Antonio Modena

Representantes do Corpo Docente

Selma Gouvêa de Barros, Pedro Luiz Costa Carvalho, Carlos Alberto Machado Carvalho, Beatriz Glória Campos Lago, Jane Piton Serra Sanches, Antônio Sérgio da Costa, Fernando Carlos Scheffer Machado

Representantes do corpo técnico-administrativo

Priscilla Lopes Ribeiro, Matheus Borges de Paiva, Marcelo Rodrigo de Castro, João Alex de Oliveira, Rafael Martins Neves, Arthemisa Freitas Guimarães Costa, Mayara Lybia da Silva, Mônica Ribeiro de Araújo

Representantes do Corpo Educando

Ana Paula Carvalho Batista, Maria Alice Alves Scalco, Renan Silvério Alves de Souza, Matheus José Silva de Sousa, Oseias de Souza Silva, Flávio Oliveira Santos, Felicia Erika Nascimento Costa

Representantes Egressos

Cesar Augusto Neves, Keniara Aparecida Vilas Boas, Isa Paula Avelar Rezende, Rodrigo da Silva Urias

Representantes das Entidades Patronais

Alexandre Magno, Jorge Florêncio Ribeiro Neto

Representantes das Entidades dos Trabalhadores

Clemilson José Pereira, Teovaldo José Aparecido

Representantes do Setor Público ou Estatais

Ivan Santos Pereira Neto, Mauro Fernando Rego de Mello Junior

Membros natos

Rômulo Eduardo Bernardes da Silva, Sérgio Pedini

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL
DE MINAS GERAIS**

DIRETORES GERAIS DOS *campi*

Campus Inconfidentes

Luiz Flávio Reis Fernandes

Campus Machado

Carlos Henrique Rodrigues Reinato

Campus Muzambinho

Renato Aparecido de Souza

Campus Passos

João Paulo de Toledo Gomes

Campus Poços de Caldas

Thiago Caproni Tavares

Campus Pouso Alegre

Mariana Felicetti Rezende

Campus Avançado de Carmo de Minas

João Olympio de Araújo Neto

Campus Avançado de Três Corações

Francisco Vítor de Paula

COORDENADORA DO CURSO

Maria Lúcia de Queiroz Guimarães Hernandes

COORDENADORA DE PLATAFORMA E TUTORIA DO CURSO

Cristiane Fortes Gris Baldan

EQUIPE ORGANIZADORA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO**DOCENTES - NDE****Campus Muzambinho**

Sueli Machado Pereira de Oliveira
Cristiane Fortes Gris Baldan

Campus Inconfidentes

Lívia Carolina Vieira

Campus Machado

Maria Lúcia Queiroz Guimarães Hernandez

Campus Poços de Caldas

Luciana Abreu Nascimento

ELABORAÇÃO DOS PLANOS DAS UNIDADES CURRICULARES

(CORPO DOCENTE)

NOME	TITULAÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO
Amauri Araújo Antunes	- Graduação em Artes Cênicas; Graduação em Letras; Graduação em Artes; Graduação em Filosofia. - Mestrado em Teoria e História Literária; - Doutorado em Teatro	Artes
Ariana Vieira Silva	- Graduação em Engenharia Agrônômica; - Mestrado em Agronomia; - Doutorado em Agronomia	Agronomia
Carlos Renato Soares	Graduação em Matemática (Licenciatura). Pós-graduação Lato Sensu em Educação. Mestrado em Educação Matemática.	Matemática
Cristiane Fortes Gris Baldan	- Graduação em Agronomia - Mestrado em Agronomia - Doutorado em Agronomia - Graduanda em Pedagogia	Educação Agronomia
Daniel William Ferreira Camargo	- Graduação em Letras (Português e Inglês) - Mestrado em Linguística	Letras
Hugo Baldan Junior	- Graduação em estudos sociais. - Mestrado Meio Ambiente e Recursos Hídricos. - Doutorado em Ciências	Educação Ciências
Ieda Mayumi Sabino Kawashita	- Graduação em Educação física. - Mestrado em Educação.	Educação Educação Física
Ivan Paulino Pereira	- Graduação em Tecnologia Análise e desenvolvimento de Sistema. Licenciatura em computação. - Especialização em Engenharia de Software Com Ênfase em Software Livre	Tecnologia
Karla Aparecida Zucoloto	-Graduação em Pedagogia. - Mestrado e Doutorado em Educação.	Educação
Larissa Sales Martins	Graduação em Enfermagem. Pós graduação em Gestão da saúde. Mestre em Saúde Pública.	Enfermagem
Lívia Carolina Vieira	Licenciatura em História Licenciatura em Pedagogia Mestrado em Educação Doutorado em Educação	Educação História
Lorena Temponi Boechat Reis	Graduação em Pedagogia. Mestrado em educação, administração e comunicação. Doutorado em engenharia agrícola	Educação
Luciana de Abreu Nascimento	Graduação em Pedagogia. Mestrado em educação e saúde na infância e adolescência Doutorado em Educação	Educação
Marcos Roberto Cândido	Graduação em História. Mestrado em linguística	História

Marcus Fernandes Marcusso	Graduação em História. Mestrado e Doutorado em educação	História
Maria Lúcia de Queiroz G. Hernandes	Graduação em Pedagogia. Mestrado e doutorado em educação.	Educação
Nathália Luiz de Freitas	Bacharelado em Linguística/Licenciatura em Língua Portuguesa, Mestrado em Letras e Doutorado em Linguística	Letras
Renato Aparecido de Souza	Bacharelado em Fisioterapia, MBA em Gestão Escolar pela USP, Mestrado em Ciências Biológicas e Doutorado em Engenharia Biomédica	Fisioterapia
Ricardo Aparecido Avelino	- Graduação, Especialização e mestrado em Educação Física.	Educação Física
Sueli Machado Pereira de Oliveira	Graduação em Pedagogia. Mestrado e Doutorado em educação, conhecimento e inclusão social	Educação
Tuffy Felipe Brant	Licenciatura e Bacharelado em Educação Física e Mestrado em Psicologia	Educação Física
Valdirene Pereira Costa	- Graduação em Pedagogia. - Especialização em Psicopedagogia. - Mestrado em Educação. - Doutoranda em Educação.	Educação

SUMÁRIO

SUMÁRIO	8
1. DADOS DA INSTITUIÇÃO	10
1.1. IFSULDEMINAS – Reitoria	10
1.3. IFSULDEMINAS – Polo: Campus Muzambinho – Campus Proponente	10
2. DADOS GERAIS DO CURSO	10
3. HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS	11
4. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CAMPUS PROPONENTE	12
5. APRESENTAÇÃO DO CURSO	15
6. JUSTIFICATIVA.....	17
7. OBJETIVOS DO CURSO.....	18
7.1. Objetivo Geral.....	18
7.2. Objetivos Específicos	18
8. FORMA(S) DE INGRESSO.....	19
9. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO	20
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	22
10.1. Matriz Curricular	25
10.2 Representação Gráfica do Perfil de Formação.....	26
10.3 Descrição do Curso.....	28
11. EMENTÁRIO	31
12. BIBLIOTECAS DOS POLOS DE APOIO PRESENCIAL	74
13. METODOLOGIA	75
13.1. Tecnologias da informação e comunicação – TIC’s no processo ensino aprendizagem	79
13.2. Mecanismos de interação e tutoria	82
13.3 Papel do Docente e do Professor Mediador/Tutor	83
13.4 O Coordenador de Plataforma e Tutoria.....	85
13.5 Professor Assistente.....	86
13.6 O Design Instrucional	87
13.7 A Equipe Multidisciplinar	87
13.8 Os encontros presenciais obrigatórios	87
14. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	88
15. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)/ ATIVIDADES COMPLEMENTARES	91
16 PRÁTICAS COMO COMPONENTE CURRICULAR – PCC’s	92

17. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	94
17.1 Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação.....	95
17.2 Avaliação da Aprendizagem de Forma Presencial.....	96
17.3 Avaliação da Aprendizagem pelo AVA	97
18. TERMINALIDADE ESPECÍFICA E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR.....	98
18.1 Terminalidade Específica.....	98
18.2 Flexibilização Curricular	100
18.3 Avaliação Inclusiva	101
19. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	102
20. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC.....	105
21. APOIO AO EDUCANDO	106
22. MATERIAL DIDÁTICO.....	111
23. ÓRGÃOS COLEGIADOS	113
23.1. Núcleo Docente Estruturante - NDE.....	113
23.2. Colegiado de Curso.....	114
23.3. Atuação do(a) Coordenador(a).....	116
24. CORPO DOCENTE.....	117
25. MATRÍCULA, CANCELAMENTO DE MATRÍCULA, RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA, APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS, MUDANÇA DE CAMPUS E DE POLO PRESENCIAL, VAGAS REMANESCENTES (TRANSFERÊNCIA EXTERNA E PORTADOR DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO), AVALIAÇÃO, DEPENDÊNCIA, REUNIÕES PEDAGÓGICAS.	119
26. INFRAESTRUTURA DO CAMPUS MUZAMBINHO (CAMPUS PROPONENTE)	119
26.1 Setor Pedagógico	119
26.2 O Centro de Educação a Distância – CEAD do Campus Muzambinho	120
26.2.1 Infraestrutura do Polo de Apoio Presencial do Campus Muzambinho.	120
26.3 Biblioteca Monteiro Lobato	121
26.4 Laboratórios específicos do curso de Licenciatura em Pedagogia.....	123
26.4.1 Laboratório de Práticas Pedagógicas - Brinquedoteca	123
26.4.2 Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – Programa LIFE da CAPES.....	126
27. CERTIFICADOS E DIPLOMAS	127
28. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1. IFSULDEMINAS – Reitoria

Nome do Instituto	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
CNPJ	10.648.539/0001-05
Nome do Dirigente	Marcelo Bregagnoli
Endereço do Instituto	Av. Vicente Simões, 1.111
Bairro	Nova Pouso Alegre
Cidade	Pouso Alegre
UF	Minas Gerais
CEP	37553465
DDD/Telefone	(35) 3449-6150
E-mail	

1.3. IFSULDEMINAS – Polo: Campus Muzambinho – Campus Proponente

Campus Ofertante				CNPJ	
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais – Campus Muzambinho				10.648.538/0002-96	
Nome do Dirigente					
Renato Aparecido de Souza					
Endereço do Instituto				Bairro	
Estrada de Muzambinho, km 35, Cx Postal 02				Morro Preto	
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone/Fax	Endereço Eletrônico	
Muzambinho	MG	37890000	35 3571 5053	www.muz.ifsuldeminas.edu.br	

2. DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Pedagogia

Modalidade: Licenciatura - A distância – EaD.

Local de Funcionamento: IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho (Campus Proponente). Polos de Apoio Presencial - *campi*: Inconfidentes, Machado e Muzambinho

Ano de Implantação: 2017

Habilitação: Educação Infantil, Anos iniciais do Ensino Fundamental, Gestão da Unidade Escolar

Número de Vagas Oferecidas: 300 vagas

Requisitos de Acesso: Ter concluído o Ensino Médio

Forma de ingresso: Processos seletivos – Vestibular

Duração do Curso: Quatro (4) anos

Tempo Máximo para Integralização do Curso: 8 anos. A integralização corresponde ao dobro do tempo do curso.

Periodicidade de oferta: Anual

Estágio Supervisionado: 400 horas.

Carga Horária total: 3.200 h

Ato Autorizativo: PORTARIA SERES/MEC Nº 375, DE 8 DE AGOSTO DE 2016.

3. HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, criado em 29 de dezembro de 2008, como parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cujo objetivo era impulsionar o ensino profissionalizante no país. Essa Rede é composta por 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica.

Compreende “educação profissional verticalizada”, a qual promove a fluidez de conhecimentos, técnicas e habilidades entre os níveis de ensino. A verticalização evita compartimentar conhecimento, pois os alunos do ensino médio recebem orientações de mestres ou doutores em projetos de iniciação científica. Com forte atuação na região sul-mineira, tem como principal finalidade a oferta de ensino gratuito e de qualidade nos segmentos técnico, profissional e superior.

Assim como os demais Institutos Federais, o IFSULDEMINAS tem formação multicampi. Originou-se da união das três tradicionais e reconhecidas escolas agrotécnicas de Inconfidentes, Machado e Muzambinho. Atualmente, também possui campi em Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre e campi

avançados em Carmo de Minas e Três Corações, além de núcleos avançados e polos de rede em diversas cidades da região.

O desenvolvimento requer um olhar atento ao passado, avaliando erros e acertos sem paixões, de forma contextualizada com a realidade do tempo presente. Isso não é garantia de que haverá apenas sucessos, contudo, a possibilidade de novos fracassos será fatalmente reduzida, a isso chamamos de planejamento.

A Reitoria do IFSULDEMINAS é composta pelo Gabinete, cinco Pró-Reitorias (Ensino; Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; Extensão; Administração; Gestão de Pessoas) e duas Diretorias Sistêmicas (Diretoria de Desenvolvimento Institucional; Diretoria de Tecnologia da Informação). (Fonte: IFSULDEMINAS. Plano de Desenvolvimento Institucional, 2019-2023).

4. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CAMPUS PROPONENTE

A cidade de Muzambinho está localizada em Minas Gerais, Estado com 586.528 km² e dividido em 853 municípios, sendo caracterizado pela regionalização e diversidade de sua economia e recursos naturais.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015, o município de Muzambinho apresenta uma população estimada de 21.017 habitantes e área territorial de 409,948 km² (IBGE, 2010). Sua economia fundamenta-se, primeiramente, no setor de serviços, depois no setor de agropecuária e, por último, no setor de indústria, ao contrário do padrão estadual e nacional que apresentam o setor de indústria mais representativo que o setor agropecuário.

No município de Muzambinho também se localiza o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – *campus* Muzambinho – que está situado na Estrada de Muzambinho – km 35 – Bairro Morro Preto, a 5 km da sede do município. Está inserido em uma região eminentemente agropastoril. Entre os principais produtos que movimentam a economia local, assim como verificado em todo o sul de Minas Gerais, encontra-se a cultura do café. Neste sentido, a missão do IFSULDEMINAS – *campus* Muzambinho, nos seus 67 anos de ensino agrícola, tem sido voltada para a formação profissional em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento da região.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – *campus* Muzambinho, é hoje uma Instituição orientada pela SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - e vinculado ao MEC – Ministério da Educação - e sua origem é de 31 de dezembro de 1948, quando a comunidade muzambinhense entregou à União a gleba de terra necessária para a instalação de uma instituição de educação voltada para a agropecuária, obedecendo ao acordo firmado entre as partes em 22 de outubro de 1948.

Durante sua existência, o IFSULDEMINAS, *campus* Muzambinho, esteve permanentemente ligado ao ensino agrícola. De forma ininterrupta, desempenhou sua função de formação de profissionais ligados à agropecuária, numa prática educativa que sempre privilegiou a cidadania crítica, obtendo grande sucesso. Ao longo dos anos da história da referida instituição, esta recebeu três denominações: de 1953 a 1964, Escola Agrotécnica de Muzambinho; de 1964 a 1979, Colégio Agrícola de Muzambinho; então, por meio do Decreto nº 83.935/1979, recebeu o nome de Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - MG.

A transformação da Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – *campus* Muzambinho, foi uma conquista que ressaltou a importância de sua área de atuação e, que durante toda sua existência, procurou o aprimoramento da qualidade do ensino ofertado, assim como a ampliação de sua função social.

Uma das missões do IFSULDEMINAS, *campus* Muzambinho, corresponde à capacitação, promoção e apoio aos agricultores familiares, às associações comunitárias rurais, cooperativas e associações de produtores, bem como toda a iniciativa de desenvolvimento rural sustentável. Deste modo, a instituição visa promover uma educação de excelência por meio da tríade ensino, pesquisa e extensão, possibilitando a interação entre as pessoas, estabelecendo parcerias com outros órgãos e instituições, ampliando o conhecimento e construindo novas tecnologias e, ainda, proporcionando o desenvolvimento da região sul mineira. Simultaneamente, objetiva-se a formação dos seus ingressos, a proposição de alternativas de renda compatíveis com o equilíbrio ecológico, a fixação do homem ao campo como agente difusor das tecnologias de convivência e recuperador dos fatores ambientais essenciais a sua sobrevivência.

O IFSULDEMINAS campus Muzambinho oferta cursos em nível técnico e superior, os quais podem ser desenvolvidos em modalidades presenciais ou à distância. Atualmente, os cursos oferecidos são:

- Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio.
- Técnico Subsequente em Administração; em Agropecuária; em Contabilidade; em Edificações; em Enfermagem; em Informática; em Segurança do Trabalho.
- Cursos Técnicos a Distância (EaD): Técnico em Cafeicultura, Técnico em Informática, Técnico em Meio Ambiente e Técnico em Vigilância em Saúde.
- Especialização Técnica em Enfermagem do Trabalho.
- Graduação, com titulação de Bacharel, em Engenharia Agrônômica; em Ciência da Computação; em Medicina Veterinária.
- Graduação, com titulação de Licenciado, em Ciências Biológicas.
- Graduação, com titulação de Bacharel e ou Licenciado, em Educação Física.
- Graduação à Distância (EaD): Licenciatura em Pedagogia
- Tecnologia em Cafeicultura

O IFSULDEMINAS campus Muzambinho teve declarada a sua regularidade de oferta de cursos pela Portaria nº 072/1980, da Secretaria de Ensino, vinculada ao MEC. Foi transformado em Autarquia Federal pela Lei nº 8.731/1993, o que proporcionou maior agilidade na gestão de recursos e racionalização dos gastos, resultando em significativas melhorias nas estruturas física e pedagógica da Instituição.

O IFSULDEMINAS campus Muzambinho é uma instituição pensada a partir do ambiente onde se situa e se origina. Comum às demais instituições de Ensino, organiza-se para desenvolver sua missão cultural que significa: transmissão, perseverança e transformação do saber para atender a geração de uma investigação criativa; formação de profissionais necessários à sociedade; bem como a missão social de manter-se a serviço da região e do desenvolvimento científico e tecnológico nacional.

Considerando o cenário nacional relativo à expansão do ensino superior e do ensino técnico e, também, a condição de Muzambinho frente a este contexto, é imprescindível que a cidade disponha de instituições que ofereçam cursos de qualidade capazes de atender às necessidades e expectativas do mercado de trabalho, assim como às demandas da sociedade em geral. É

justamente nessa perspectiva que se inserem as atividades do IFSULDEMINAS campus Muzambinho.

5. APRESENTAÇÃO DO CURSO

O curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade EaD, do IFSULDEMIAS, teve as atividades autorizadas pela Resolução CONSUP nº 041 de 08 de agosto de 2011, que dispõe sobre a aprovação “*ad referendum*” da criação do Curso Superior de Pedagogia junto aos campi do IFSULDEMINAS. A criação de um curso de licenciatura decorreu da elevada demanda pela formação de educadores no Brasil, com caráter crítico, e que auxiliassem na construção de uma sociedade igualitária e justa.

Especificamente, o curso de Pedagogia EaD surge da preocupação do IFSULDEMINAS com a qualidade da formação do docente que é um dos fatores que contribui fortemente para a construção de uma escola de boa qualidade. Mas essa qualidade não pode ser apenas relacionada ao conteúdo do ensino. A formação dos docentes deve proporcionar-lhes, além do conhecimento específico de sua área ou nível de atuação, os recursos necessários para que sejam capazes de desenvolver um trabalho pedagógico que ofereça às crianças as condições necessárias para que elas possam construir um mundo orientado pela solidariedade e respeito às diferenças.

O crescimento do número de crianças que, por vários motivos, são atendidas em creches e pré-escolas, vem exigindo que o IFSULDEMINAS também se comprometa com a formação de educadores para atuar na educação infantil (0 a 5 anos), bem como para atuar nos anos iniciais do ensino fundamental. Essa necessidade é ainda maior quando se constata que esse atendimento é realizado pelas Prefeituras que, em muitos casos, não contam com profissionais bem formados para atender as crianças, especialmente aquelas que por sua condição social mais necessitam de apoio. Especificamente, o atendimento proporcionado na educação infantil deve ir além do pedagógico por si só, ele deve ampliar-se num trabalho especial do educador que deve ser responsável pelo *educar e cuidar*. Essas duas palavras desvelam novas responsabilidades para esse profissional que, portanto, deve ter uma formação humana e cidadã.

Nesse contexto, a Reitoria do IFSULDEMINAS tomou a iniciativa de acolher e dar tramitação a uma proposta de curso de nível superior para formação de docentes para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ligados às redes públicas (estadual e municipal) e privada. O pressuposto para tal iniciativa funda-se na especificidade da clientela, que será objeto de formação em exercício. Para o seu desenvolvimento serão mobilizados docentes do IFSULDEMINAS. O curso está organizado em oito períodos com disciplinas que abrangem as grandes áreas de formação. Tem a duração mínima de 3.200 horas e oferta 300 vagas anuais que são distribuídas de forma igualitária entre os campi Inconfidentes, Machado e Muzambinho, sendo 100 vagas para cada.

5.1 Características dos educandos graduados em Pedagogia

O perfil do egresso encontra-se descrito no item 9 desse projeto e fundamenta as características dos educandos graduados em Pedagogia pelo IFSULDEMINAS. Foi elaborado em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia, Resolução CNE/CP nº 1/2006 (artigo 5º).

Assim, os educandos graduados em Pedagogia estarão aptos a exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares; III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

O conjunto de valores e procedimentos presente nos licenciados em Pedagogia pelo IFSULDEMINAS está de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019 – 2023) e viabiliza tanto o incremento

institucional como a geração e fortalecimento de uma sociedade justa e equilibrada.

O licenciado em Pedagogia tem a profissão regulamentada pela base legal: 1) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96); 2) Parecer CNE/CP nº 1/2006, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Pedagogia; 3) Resolução CNE/CP nº 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e formação continuada.

6. JUSTIFICATIVA

De acordo com o portal do MEC (2012), “O acesso de crianças brasileiras a creches deu um salto na última década, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Censo Escolar. [...] O aumento supera os 150%”. Recentemente, o Censo Escolar de 2019 divulgou um aumento de 4,24% nos alunos matriculados em creches e alta de 0,75% nas matrículas para a pré-escola.

Nesse sentido, desde o ano de 2011 o Campus Muzambinho tem se preocupado com a grande demanda pela formação de educadores, percepção pautada em reuniões da então direção do campus com a AMOG e prefeitos da região, que almejaram iniciativa da Instituição. Em 2014, em uma pesquisa realizada pelo Campus Muzambinho, divulgada na página da Instituição, no website “Muzambinho.com” e no Jornal Folha Regional, de abrangência regional, o curso de Licenciatura em Pedagogia é listado dentre os cinco mais votados na enquete.

Neste contexto, o curso de Pedagogia EaD do IFSULDEMINAS, que tem como campus proponente Muzambinho, surgiu da preocupação da Instituição com a qualidade da formação docente, um dos fatores que contribui fortemente para a construção de uma escola de qualidade. A formação de docentes qualificados não pode se pautar apenas aos conteúdos curriculares - conhecimento específico de sua área ou nível de atuação, deve lhes proporcionar recursos pedagógicos e a conscientização do seu papel enquanto educador, a fim de que promovam o desenvolvimento integral da criança, sujeito histórico e cultural de direitos, que é capaz de participar do seu próprio processo

formativo. Um trabalho de educador que deve ser responsável pelo educar e cuidar, palavras que desvelam novas responsabilidades para esse profissional que, portanto, deve ter uma formação humana e cidadã. Ainda, no âmbito da gestão escolar, este profissional deve compreender que a criança deve ser amparada nos princípios da democracia, que envolve a participação de todos na reflexão do espaço escolar.

A concretização dessa proposta exige grande esforço de todas as instituições responsáveis pela formação de docentes. Ciente da demanda existente, a Reitoria do IFSULDEMINAS acolhe a proposta do primeiro curso gratuito de Pedagogia na região, oferecido institucionalmente e na modalidade EaD.

Ofertar essa Licenciatura em Pedagogia na modalidade EaD se justifica pela percepção de que assim o IFSULDEMINAS conseguirá atender a demanda da região e, conseqüentemente, abrangerá formação para um número elevado de educandos que buscam atuar na docência e gestão escolar.

7. OBJETIVOS DO CURSO

7.1. Objetivo Geral

Oferecer formação em nível superior por meio da Licenciatura em Pedagogia, modalidade a distância (EaD), para o público que queira se habilitar ao exercício do magistério da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como das funções previstas no art. 64 da Lei de Diretrizes e Bases – LDBN nº 9.394/96.

7.2. Objetivos Específicos

- Desenvolver processos pedagógicos que visem à elaboração de conhecimentos teóricos e competências relativas à docência, otimizando a reflexão, a prática pedagógica e a autonomia intelectual.
- Estimular a reflexão sobre a prática pedagógica cotidiana do educando, possibilitando-lhe a reconstrução do processo de análise da prática docente, tendo como instrumental os fundamentos da perspectiva de intervenção.
- Possibilitar aos educandos o domínio crítico do uso das novas tecnologias disponíveis na sociedade e, especialmente, nas escolas.

- Contribuir para que a formação do educando lhe proporcione olhar atento e crítico para atuar na sociedade com consciência ambiental, respeito à diversidade étnico/cultural do país e compreensão dos aspectos que envolvem a inclusão.
- Proporcionar compreensão quanto ao caráter integrado da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, possibilitando uma reflexão acerca das desigualdades, da diversidade e das diferenças, questões presentes nos contextos educativos e que merecem destaque para que o educando tenha sua formação ancorada na ciência do direito que todos os sujeitos têm à aprendizagem.
- Formar o gestor para a Unidade escolar que tenha plena condição de atuar no planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, conforme previsto no Art. 64 da LDB.
- Construir conhecimentos para que o educando tenha condições de atuar como educador na Educação de Jovens e Adultos - EJA, considerando que o curso optou como diferencial destinar uma disciplina voltada para essa aprendizagem (EJA), bem como destinou uma carga horária de estágio supervisionado para esse fim.

8. FORMA(S) DE INGRESSO

As formas de acesso ao curso foram elaboradas com base na Resolução CONSUP n.º 069/2017, de 14 de novembro de 2017, que dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos cursos de Graduação do IFSULDEMINAS. Conforme Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019 – 2023), os requisitos mínimos para ingresso no curso superior de Licenciatura em Pedagogia – modalidade EaD – do IFSULDEMINAS, são: ter concluído o Ensino Médio ou equivalente e ter sido aprovado em exame de processo seletivo ou atender às normas institucionais para transferência interna, externa e *ex officio*.

O acesso ao curso de Licenciatura em Pedagogia – modalidade EaD - ocorre mediante processo seletivo, pautado nos princípios institucionais, de acordo com a legislação vigente, e presente em edital próprio, sendo realizada entradas anuais. Em cada processo seletivo são ofertadas 300 (trezentas)

vagas. No IFSULDEMINAS, a forma de acesso ao curso superior ocorre a partir de processos seletivos por meio da modalidade:

- Vestibular: na forma de prova escrita, com instruções e orientações estabelecidas em edital específico.

Conforme PDI 2019 - 2023, os educandos ingressam no IFSULDEMINAS por meio de processos seletivos promovidos de acordo com a Lei n.º 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, e ao Decreto n.º 7.824/2012, que regulamenta a citada lei; o IFSULDEMINAS, do total de vagas ofertadas, reserva vagas às ações afirmativas e de inclusão social pelo sistema de cotas. O referido decreto determina que os editais dos concursos seletivos das instituições federais de educação indicarão, de forma discriminada, por curso e turno, o número de vagas reservadas.

Outra forma de acesso ao curso de Pedagogia é a partir de Processos Seletivos de Vagas Remanescentes, que dispõe sobre obtenção de novo título, transferências interna e externa, com regulamentações específicas, conforme Resoluções CONSUP n.º 028/2011 e Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação. A abertura destas vagas é condicionada a disponibilidade de vagas no curso pretendido e compatibilidade curricular.

Finalmente, após aprovação e ingresso, seja por meio do processo seletivo ou via transferência, a matrícula e rematrícula do educando ocorrerá conforme normas acadêmicas do IFSULDEMINAS. Os períodos de matrícula e rematrícula serão definidos em Calendário Escolar.

9. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

O perfil do egresso do licenciado em Pedagogia tem como base o proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia, Resolução CNE/CP n.º 1/2006 (artigo 5º), a qual determina que o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;

III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;

VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre educandos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

Com base nesse perfil do egresso e considerando as necessidades educacionais decorrentes do estágio atual do desenvolvimento social do País, bem como a formação profissional exigida para o exercício das atividades referentes à docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental e à gestão escolar, espera-se que o profissional formado possa:

- Desenvolver o domínio do processo de ensino-aprendizagem em suas múltiplas dimensões interdisciplinares.
- Desenvolver competências para conceber, executar e avaliar projetos educacionais/pedagógicos (coletivos e interativos), articulando teoria e prática.
- Desenvolver senso crítico e participativo no âmbito educacional e social.
- Desenvolver competências para a avaliação do curso e de programas de ensino e/ou atividades nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação infantil.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia EaD tem como base o artigo 12º da Resolução CNE/CP nº 2 de 1 de julho de 2015, que orienta a constituição da matriz a partir de três núcleos de estudos: Núcleo de estudos básicos, Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos e Núcleo de estudos integradores. Neste sentido, partindo-se do perfil do egresso,

o Núcleo Docente Estruturante organizou os conteúdos primordiais em disciplinas, assim distribuídas:

I - Núcleo de Estudos de **FORMAÇÃO GERAL (FG)**: composto pelas disciplinas Educação Aberta e a Distância (45h); Leitura e Produção de Texto (75h); Elaboração de Trabalhos Acadêmicos (60h); Filosofia da Educação (75h); Sociologia da Educação (75h); História da Educação I (60h); História da Educação II (30h); Tecnologia Educacional (60h); Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem (75h); Educação, Corpo e Movimento (45h); Educação Ambiental (45h); Saúde da Criança (45h); Ludicidade na Escola (45h); Métodos de Pesquisa em Educação (50h); Diversidade e Educação (60h); Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso I (60h); Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação (45h); Fundamentos da Educação Especial (60h); Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (60h); Educação de Jovens e Adultos (45h) e Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso II (35h), totalizando 1150 horas.

II - Núcleo de **APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO (AD)** de estudos na área de formação compreende as disciplinas Prática como Componente Curricular I (75h); Prática como Componente Curricular II (60h); Prática como Componente Curricular III (60h); Prática como Componente Curricular IV (60h); Prática como Componente Curricular V (75h); Prática como Componente Curricular VI (70h); Fundamentos de Currículo no Ensino Fundamental (75h); Didática do Ensino (75h); Metodologia do Ensino da Matemática I (75h); Metodologia do Ensino da Matemática II (75h); Metodologia do Ensino de Artes (45h); Metodologia do Ensino de Ciências (60h); Fundamentos de Currículo na Educação Infantil (75h); Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa (75h); Metodologia do Ensino da Educação Física (45h); Alfabetização e Letramento I (75h); Alfabetização e Letramento II (75h); Metodologia do Ensino da Geografia (60h); Metodologia do Ensino de História (60h); Política e Organização da Educação Básica (60h) e Gestão Escolar (45h), com um total de 1050 horas.

III - Quanto ao Núcleo de **ESTUDOS INTEGRADORES (EI)** para enriquecimento curricular, temos as Atividade Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), perfazendo 200 horas, e o Estágio Supervisionado, perfazendo 400 horas.

- A RELAÇÃO ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO

Para a complementação dos núcleos, tem-se o Estágio Curricular Supervisionado - com forte característica teórico-prática, e a produção de um Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, visto como espaço para o educando realizar pesquisa a partir das aprendizagens (ensino) adquiridas no curso. Interdisciplinares por excelência, estas duas atividades concretizam o caminhar do educando pelos vários conteúdos que, ao se relacionar com a prática, possibilitam problematizar a realidade e estabelecer estratégias para compreendê-la por meio do ato de pesquisar (procurar, questionar, refletir, discutir, buscar dados).

Ao tratar da relação teoria-prática enfatiza-se as disciplinas de Prática como Componente Curricular (PCC) - alocadas na matriz curricular do curso desde o primeiro período, que juntamente com o Estágio Supervisionado e as disciplinas de TCC, garantem a articulação da tríade ensino-pesquisa-extensão. Estas relações - teoria-prática e ensino-pesquisa-extensão, explicitam a articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação do educando. Como elementos comprovadamente inovadores, cita-se: a própria metodologia proposta para as disciplinas de PCC, que ao desenvolver projetos - a partir de observações *in loco* no âmbito da educação infantil, ensino fundamental e gestão escolar - promovem melhorias para o ambiente escolar (local); e a elaboração e apresentação do TCC, que pode estar atrelado às PCC's e/ou ao estágio supervisionado (prática), proporcionando a integração dos componentes curriculares do curso (teoria), bem como o aprofundamento e continuidade das atividades de pesquisa ao longo dos semestres. Neste contexto, a estrutura curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia EaD do IFSULDEMINAS proporciona aos futuros pedagogos discernimento e habilidades para propor, gerenciar e conduzir, de forma interdisciplinar, mudanças em prol do desenvolvimento da sociedade local e regional.

Abaixo, segue a Matriz Curricular do curso de licenciatura em Pedagogia, modalidade EaD, do IFSULDEMINAS.

10.1. Matriz Curricular¹

DISCIPLINAS – 1º PERÍODO	NÚCLEO	CH
Educação Aberta e a Distância	FG	45
Leitura e Produção de Texto	FG	75
Elaboração de Trabalhos Acadêmicos	FG	60
Filosofia da Educação	FG	75
Prática como Componente Curricular I	AD	75
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 330 horas		

DISCIPLINAS – 2º PERÍODO	NÚCLEO	CH
Sociologia da Educação	FG	75
História da Educação I	FG	60
Fundamentos de Currículo No Ensino Fundamental	AD	75
Tecnologia Educacional	FG	60
Prática como Componente Curricular II	AD	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 330 horas		

DISCIPLINAS – 3º PERÍODO	NÚCLEO	CH
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	FG	75
Educação, Corpo e Movimento	FG	45
História da Educação II	FG	30
Didática do Ensino	AD	75
Metodologia do Ensino da Matemática I	AD	75
Prática como Componente Curricular III	AD	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 360 horas		

DISCIPLINAS – 4º PERÍODO	NÚCLEO	CH
Metodologia do Ensino de Artes	AD	45
Metodologia do Ensino da Matemática II	AD	75
Metodologia do Ensino de Ciências	AD	60
Educação Ambiental	FG	45
Saúde da Criança	FG	45
Prática como Componente Curricular IV	AD	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 330 horas		

DISCIPLINAS – 5º PERÍODO	NÚCLEO	CH
Fundamentos de Currículo na Educação Infantil	AD	75
Ludicidade na Escola	FG	45
Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	AD	75
Metodologia do Ensino da Educação Física	AD	45
Prática como Componente Curricular V	AD	75
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 315 horas		

DISCIPLINAS – 6º PERÍODO	NÚCLEO	CH
Alfabetização e Letramento I	AD	75
Metodologia do Ensino da Geografia	AD	60
Metodologia da Educação Infantil	AD	75
Métodos de Pesquisa em Educação	FG	50
Prática como Componente Curricular VI	AD	70
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 330 horas		

¹ Esclarece-se que a articulação teoria-prática será garantida ao longo do processo formativo do educando e estará registrada em Plano de Ensino do docente responsável pela disciplina.

DISCIPLINAS – 7º PERÍODO	NÚCLEO	CH
Alfabetização e Letramento II	AD	75
Metodologia do Ensino de História	AD	60
Diversidade e Educação	FG	60
Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso I	FG	60
Política e Organização da Educação Básica	AD	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 315 horas		

DISCIPLINAS – 8º PERÍODO	NÚCLEO	CH
Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação	FG	45
Fundamentos da Educação Especial	FG	60
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	FG	60
Educação de Jovens e Adultos	FG	45
Gestão Escolar	AD	45
Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso II	FG	35
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 290 horas		

ATIVIDADE ACADÊMICO CIENTÍFICO CULTURAL	NÚCLEO	CH
AACC	EI	200

ESTÁGIO SUPERVISIONADO	NÚCLEO	CH
Estágio Supervisionado	EI	400

LEGENDA NÚCLEOS:

Núcleo de estudos de **formação geral** = FG

Núcleo de **aprofundamento e diversificação** de estudos das áreas de atuação profissional = AD

Núcleo de **estudos integradores** para enriquecimento curricular = EI

RESUMO DAS ATIVIDADES DO CURSO	CARGA HORÁRIA
ATIVIDADES FORMATIVAS	2200
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR – PCC	400
ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS	200
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	400
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	3200 horas

10.2 Representação Gráfica do Perfil de Formação

DISCIPLINAS POR SEMESTRE							
1° 330h	2° 330h	3° 360h	4° 330h	5° 315h	6° 330h	7° 315h	8° 290h
Educação Aberta e a Distância (45h)	Sociologia da Educação (75h)	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem (75h)	Metodologia do Ensino de Artes (45h)	Fundamentos de Currículo na Educação Infantil (75h)	Alfabetização e Letramento I (75h)	Alfabetização e Letramento II (75h)	Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação (45h)
Leitura e Produção de Texto (75h)	História da Educação I (60h)	Educação, Corpo e Movimento (45h)	Metodologia do Ensino da Matemática II (75h)	Ludicidade na Escola (45h)	Metodologia do Ensino da Geografia (60h)	Metodologia do Ensino de História (60h)	Fundamentos da Educação Especial (60h)
Elaboração de Trabalhos Acadêmicos (60h)	Fundamentos de Currículo no Ensino Fundamental (75h)	História da Educação II (30h)	Metodologia do Ensino de Ciências (60h)	Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa (75h)	Metodologia da Educação Infantil (75h)	Diversidade e Educação (60h)	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (60h)
Filosofia da Educação (75h)	Tecnologia Educacional (60h)	Didática do Ensino (75h)	Educação Ambiental (45h)	Metodologia do Ensino da Educação Física (45h)	Métodos de Pesquisa em Educação (50h)	Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso I (60h)	Educação de Jovens e Adultos (45h)
Prática como Componente Curricular I (75h)	Prática como Componente Curricular II (60h)	Metodologia do Ensino da Matemática I (75h)	Saúde da Criança (45h)	Prática como Componente Curricular V (75h)	Prática como Componente Curricular VI (70h)	Política e Organização da Educação Básica (60h)	Gestão Escolar (45h)
		Prática como Componente Curricular III (60h)	Prática como Componente Curricular IV (60h)				Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso II (35h)
ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS – AACC: 200 h ESTÁGIO SUPERVISIONADO: 400 h							

Legenda:	Núcleo de estudos de FORMAÇÃO GERAL (FG)	
	Núcleo de APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO de estudos das áreas de atuação profissional (AD)	
	Núcleo de ESTUDOS INTEGRADORES para enriquecimento curricular (EI)	

10.3 Descrição do Curso

O curso de licenciatura em Pedagogia ofertado pelo IFSULDEMINAS, apresenta carga horária total de 3.200 (três mil e duzentas) horas, sendo 2.200 (duas mil e duzentas) horas ligadas às atividades formativas, 400 (quatrocentas) horas decorrentes de Práticas como Componentes Curriculares, 400 (quatrocentas) horas decorrentes do Estágio Supervisionado, 200 (duzentas) horas de atividades acadêmico-científico-culturais para aperfeiçoamento.

A formação de licenciados em Pedagogia pelo IFSULDEMINAS contempla uma abordagem transversal entre as disciplinas e projetos, em conformidade com a legislação vigente, salientando-se:

- Política de atendimento a pessoas com necessidades especiais

O IFSULDEMINAS campus Muzambinho conta com o NAPNE - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais, sendo este, em parceria com o corpo docente e demais setores institucionais, os responsáveis pela garantia de acesso e permanência dos educandos com necessidades especiais no espaço educacional da IES. Na perspectiva da educação inclusiva, o Núcleo tem desenvolvido ações em conformidade com o Decreto Federal nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.

A equipe do NAPNE é composta por representantes do corpo técnico-administrativo, docentes, educandos e representantes das famílias assistidas. O NAPNE tem como objetivo incluir todos os educandos e servidores que possuem qualquer tipo de barreira motora, intelectual ou social. Situações envolvendo gestantes; educandos acidentados; deficientes físicos; educandos com problemas de visão, audição e fala; vítimas de preconceito racial ou de orientação sexual; são alguns exemplos de atuações assistidas pelo NAPNE.

- Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

Em atendimento à Lei nº 10.639/2003; Lei nº 11.645/2008; Resolução CNE/CP nº 01/2004, as relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, serão trabalhadas em conteúdos abordados nas

disciplinas *Sociologia da Educação e Diversidade e Educação*, as quais abordam conteúdos atrelados à riqueza cultural e, também, de comportamentos e hábitos observados na sociedade brasileira, preparando os licenciados em Pedagogia para o convívio harmônico em uma sociedade multifacetada e, deste modo, habilitando-os para as práticas profissionais e cidadãs.

- LIBRAS

Em atendimento ao Decreto nº 5.626/2005, a oferta da disciplina LIBRAS é obrigatória em todos os cursos. Neste caso, a disciplina será ofertada no 8º período do curso, sendo obrigatória a todos os licenciados em Pedagogia do IFSULDEMINAS.

- Educação Ambiental

Em atendimento à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002; Resolução CNE/CP nº 2/2012, os cursos devem prever em seus projetos o trabalho com Educação Ambiental. Neste caso, a disciplina que engloba tal conteúdo é ofertada no 4º período.

- Educação em Direitos Humanos

Em atendimento à Resolução nº 01/2012, os cursos devem atender às Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Nesse caso, o conjunto de conteúdos abordados nas disciplinas Sociologia da Educação e Estudos Étnicos, Raciais, da Diversidade e Educação atendem a essa demanda específica.

O maior conhecimento e vivência sobre as atividades e práticas ligadas à licenciatura também serão contemplados em conteúdos trabalhados e debatidos por diversas disciplinas ao longo do curso, a se destacar: Didática do Ensino; Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem; Tecnologia Educacional; Educação de Jovens e Adultos – EJA; Educação Ambiental; Gestão Escolar; Educação Especial; LIBRAS; Estudos Étnicos, Raciais, da Diversidade e Educação; Sociologia da Educação.

Finalmente, os educandos do curso de Licenciatura em Pedagogia modalidade EaD do IFSULDEMINAS, ao longo do desenvolvimento acadêmico, realizarão obrigatoriamente 400 (quatrocentas) horas de Prática como

Componente Curricular (PCC). Isso proporcionará, aos futuros licenciados, atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência junto à Educação Básica – educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, além de apresentá-los à vivência de práticas educativas relacionadas a ações cotidianas não escolares.

Deste modo, caberá aos educandos de Licenciatura em Pedagogia, a partir da integração dos conhecimentos obtidos ao longo do semestre letivo, a elaboração de material(is)-técnico, científico, didático e pedagógico –relacionado aos conteúdos de Pedagogia. Objetiva-se, então, o rompimento das ideias que segregam, ao longo do desenvolvimento acadêmico do educando, as disciplinas específicas de conteúdos voltadas para área pedagógica, o que não raramente repercute na redução da interdisciplinaridade, com consequências negativas para o perfil do futuro docente.

11. EMENTÁRIO

1º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Educação Aberta e a Distância – Carga Horária: 45 horas
<p>Ementa:</p> <p>O estudante da EaD: seu papel e sua organização para o estudo. Concepções e políticas de EaD em diferentes contextos históricos. Processo de ensino e aprendizagem em EaD: componentes e papéis. Ambientes Virtuais de ensino-aprendizagem. Particularidades do AVA utilizado pelo IFSULDEMINAS. Questões legais em EaD.</p>
<p>Referências Bibliográficas</p> <p>BÁSICA</p> <p>CAMPOS, F.C.A.; SANTORO, F.M. et al. Cooperação e aprendizagem online. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.</p> <p>GOEDERT, L., SILVA, M.C.R.F., MACIEL, V. de A. Fundamentos da Educação a Distância. Caderno Pedagógico. UDESC: Florianópolis, 2010.</p> <p>GUTIÉRREZ, F.; PIETRO, D. A Mediação Pedagógica: Educação a Distância Alternativa. Campinas, Papyrus, 1994.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BELLONI, M.L. Educação a Distância. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.</p> <p>MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a Distância: uma visão integrada. São Paulo: THOMSON, 2007.</p> <p>PALLOF, R.M.; PRATT, K. Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço: estratégias eficientes para salas de aula on-line. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p> <p>PETERS, O. Didática do ensino a distância. Trad. Ilson Kayser. São Leopoldo/RS: Editora UNISINOS, 2001.</p> <p>PETERS, O. A educação a distância em transição: tendências e desafios. Trad. Leila Ferreira de Souza Mendes. São Leopoldo: Unisinos, 2003.</p>

1º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Leitura e Produção de Texto – Carga Horária: 75 horas
Ementa: Língua Portuguesa: gramática, literatura, produção e análise de textos orais e escritos, verbais e não-verbais. Interdisciplinaridade.
Referências Bibliográficas BÁSICA CUNHA, C.; CINTRA, L.F.L. Nova gramática do português contemporâneo . 4.ed. Rio de Janeiro: LEXIKON, 2007. GARCIA, O.M. (Othon Moacyr). Comunicação em prosa moderna : aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto : leitura e redação. 17.ed. São Paulo: Ática, 2007. COMPLEMENTAR BLIKSTEIN, I. Técnicas de comunicação escrita . 22. ed. São Paulo: Ática, 2006. MAIA, J. D. Gramática : teoria e exercícios. São Paulo: FTD, 2000. SOARES, M. Linguagem e escola : uma perspectiva social. 12. ed. São Paulo, 1994. SOLÉ, I. Estratégias de leitura . 6. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998. VANOYE, F.; OSAKABÉ, H.. Usos da linguagem : problemas e técnicas na produção oral e escrita. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

1º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Elaboração de Trabalhos Acadêmicos – Carga Horária: 60 horas
<p>Ementa:</p> <p>O texto acadêmico e o processo de construção do conhecimento. O método científico. A divulgação científica e o desenvolvimento do pensamento crítico por meio da leitura e produção de gêneros textuais acadêmicos: Fichamento, Resumo, Resenha, Relatórios. Leitura de demais gêneros textuais acadêmicos: Projeto e Artigo. Técnicas de paráfrase e objetividade no discurso. Revisão da norma padrão culta da língua portuguesa. Padrões Normativos da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Espaço de introdução do educando às linguagens de acesso às diferentes fontes de produção da pesquisa educacional: biblioteca e meios informatizados. Debates dirigidos sobre questões relacionadas a plágio e direitos autorais.</p>
<p>Referências Bibliográficas</p> <p>BÁSICA</p> <p>MEDEIROS, J.B.. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>SECAF, V.. Artigo científico: do desafio à conquista: enfoque em tese e outros trabalhos acadêmicos. 5.ed. rev. e atual. São Paulo: Atheneu, 2010.</p> <p>SILVA, E.T.da. O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BLIKSTEIN, I.. Técnicas de comunicação escrita. 22. ed. São Paulo: Ática, 2012.</p> <p>MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M.. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>MARTINS, D.S.; ZILBERKNOP, L.S.. Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>SEVERINO, A.J.. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>VOLPATO, G.L.. Ciência: da filosofia à publicação. 5. ed. amp., reest., rev. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007.</p>

1º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Filosofia da Educação – Carga Horária: 75 horas
Ementa: Fundamentos filosóficos da educação. O processo educativo e a imagem do homem. A reflexão filosófica e o pensamento pedagógico.
Referências Bibliográficas
BÁSICA
ARANHA, M.L.A. de. Filosofia da educação . 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.
CHAUÍ, M. Convite à filosofia . São Paulo: Ática, 2000
LUCKESI, C.C. Introdução a filosofia: aprendendo a pensar . 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012.
COMPLEMENTAR
ARANHA, M.L.A. História da Educação e da pedagogia: geral e Brasil . 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.
MESZAROS, I. A educação para além do capital . 2. ed. São Paulo: Bointempo, 2008.
SAVIANI, D. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política . 41.ed. Campinas: Autores Associados, 2009.
SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica . 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.
VEIGA, I.P.A. Formação de professores: políticas e debates . 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

1º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Prática como componente curricular – PCC I Carga Horária: 75 horas
Ementa: Atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência do futuro professor com caráter integrador de conteúdos. Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudo do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI/MEC). Planejamento da prática docente.
Referências Bibliográficas
BÁSICA BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil . Brasília: MEC/SEF, 1998. BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2 , de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file . Acesso em: 15 jun 2019. FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade : história, teoria e pesquisa. 18. ed. Campinas: Papirus, 2011.
COMPLEMENTAR CHAVES-GAMBOA, M.; TAFFAREL, C.; GAMBOA, S. C. A. Prática de ensino : formação profissional e emancipação. 3. ed. Maceió: UFAL, 2011. FREIRE, P. Educação como prática da liberdade . 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. FREIRE, P. Educar com a mídia : novos diálogos sobre educação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. SAVIANI, D. Educação : do senso comum à consciência filosófica. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. VEIGA, I.P.A. Formação de professores : políticas e debates. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

2º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Sociologia da Educação – Carga Horária: 75 horas
Ementa: Introdução aos conceitos básicos da sociologia e às diferentes escolas sociológicas. A sociologia como ciência. As relações entre a educação e a sociedade e entre a educação e a sociologia. Estudo das concepções teóricas sobre a educação no discurso sociológico dos autores clássicos das Ciências Sociais: Emile Durkheim, Max Weber e Karl Marx.
Referências Bibliográficas
BÁSICA BOURDIEU, P.. Escritos de Educação . Petrópolis/R.J.: Vozes, 2012. CARVALHO, A.B.de (org.). Sociologia e educação . São Paulo: AVERCAMP, 2006. DURKHEIM, E. Educação e sociologia . Portugal: Edições 70, 2011.
COMPLEMENTAR COSTA, C.. Sociologia: introdução à ciência da sociedade . São Paulo: Moderna, 2005. FORACCHI, M.; MARTINS, J.S. (orgs.) Sociologia e sociedade . Rio de Janeiro: LTC, 2008. FREIRE, P.. Pedagogia da Autonomia . São Paulo: Paz e Terra, 1996. GIDDENS, A. Sociologia . São Paulo: ARTMED, 2001. GUIMARAES NETO, E.. Educar pela sociologia: contribuições para a formação do cidadão . Belo Horizonte: RHJ, 2012.

2º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: História da Educação I – Carga Horária: 60 horas
Ementa: Este componente curricular empreenderá a reconstrução da história da educação e da pedagogia como prática social, analisando os fundamentos da educação em geral. Para tanto, levará em consideração as fases da história da educação, o surgimento de sistemas educacionais, ideias e práticas pedagógicas e a construção do pensamento educacional da Antiguidade ao século XXI.
Referências Bibliográficas
BÁSICA CAMBI, F. História da Pedagogia . São Paulo: UNESP, 1999. MANACORDA, M.A. História da Educação : da Antiguidade aos nossos dias. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010. MÉSZÁROS, I.. A educação para além do capital . 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
COMPLEMENTAR ARANHA, M.L.A. História da Educação e da Pedagogia : geral e Brasil. São Paulo, Ed. Moderna, 2006. GENTILI, P. (org.). Pedagogia da exclusão : crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 1995. LOMBARDI, J.C. (Org). Globalização, pós-modernidade e educação : história, filosofia e temas transversais. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2009. PILETTI, C.; PILETTI, N.. História da educação : de Confúcio a Paulo Freire. São Paulo: Contexto, 2011. SAVIANI, D. (Org.); LOMBARDI, J.C. (Org.); SANFELICE, J.L. (Org.) História e história da educação : o debate teórico-metodológico atual. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

2º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Fundamentos de Currículo no Ensino Fundamental – Carga Horária: 75 horas
Ementa: Fundamentos histórico, cultural, epistemológico social e ideológico das concepções de currículo nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Componentes curriculares. Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's.
Referências Bibliográficas
BÁSICA APPLE, M.W. Ideologia e currículo . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. GARCIA, R.L.; MOREIRA, A.F.B. Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios . São Paulo: Cortez, 2003. GARCIA, R.L.; PACHECO, J.A.; MOREIRA, A.F.B. Currículo: pensar, sentir e diferir . Rio de Janeiro: DP&A, 2004
COMPLEMENTAR ARIÈS, P. História Social da Criança e da Família . 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. BRASIL, MEC. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais . Brasília: MEC/SEF, 1999. ESTEBAN, M.T. Escola, currículo e avaliação . São Paulo: Cortez, 2003. GARCIA, R.L.; MOREIRA, A.F.B.; ALVES, M.P.C. Currículo, cotidiano e tecnologias . São Paulo: Junqueira & Marin, 2006. SILVA, T.T. da; MOREIRA, A.F.B. Currículo, cultura e sociedade . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

2º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Tecnologia Educacional – Carga Horária: 60 horas
Ementa: As tecnologias educacionais. Informática e educação. O computador como recurso tecnológico no processo de ensino aprendizagem e ferramenta para confecção de material didático. O uso dos recursos audiovisuais na Educação. Impactos da Internet na educação escolar e na formação continuada do professor. O uso de Softwares educativos e Softwares Livres como ferramenta de apoio ao docente. Educação a distância.
Referências Bibliográficas
BÁSICA FREIRE, W. (Org). Tecnologia e educação: as mídias na prática docente. Rio de Janeiro: Wak, 2008. KENSKI, V.M.. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 8. ed. Campinas: Papirus, 2010. LEITE, L.S. (Coord.). Tecnologia educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula. [8. ed.]. Petrópolis: Vozes, 2003.
COMPLEMENTAR ALMEIDA, F.J.de. Educação e informática: os computadores na escola .5. ed. São Paulo: Cortez, 2012. COX, K.K.. Informática na educação escolar. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. 1 SANCHO, J.M. Tecnologias para transformar a educação. Porto Alegre: Bookman, 2014. TAJRA, S.F.. Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. 8. ed. São Paulo: Érica, 2008. VELOSO, R.. Tecnologia da Informação e Comunicação. São Paulo, Saraiva: 2008.

2º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Prática como componente curricular – PCC II. Carga Horária: 60 horas
<p>Ementa:</p> <p>Atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência do futuro professor com caráter integrador de conteúdos. Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudo do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI/MEC). Práticas desenvolvidas no âmbito da Educação Infantil.</p>
<p>Referências Bibliográficas</p> <p>BÁSICA</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.</p> <p>BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 15 Jun 2018.</p> <p>FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Campinas: Papirus, 2011.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>CHAVES-GAMBOA, M.; TAFFAREL, C.; GAMBOA, S. C. A. Prática de ensino: formação profissional e emancipação. 3. ed. Maceio: UFAL, 2011.</p> <p>FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.</p> <p>_____. Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.</p> <p>SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.</p> <p>VEIGA, I.P.A. Formação de professores: políticas e debates. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p>

3º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem – Carga Horária: 75 horas
Ementa: O objeto de estudo da psicologia. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. As abordagens do desenvolvimento humano: inatista-maturacionista, comportamentalista, interacionista (Piaget) e histórico-cultural (Vygotsky). O papel do professor que emerge mediante as abordagens estudadas. A concepção de educando que emerge mediante as abordagens estudadas. Temas contemporâneos: bullying, a síndrome de Burnout, drogas, família e escola, adolescência.
Referências Bibliográficas BÁSICA BIAGGIO, A.M.B. Psicologia do desenvolvimento . 22.ed. Petrópolis: Vozes, 2011. FONTANA, R.A.C.; CRUZ, M.N. Psicologia e trabalho pedagógico . São Paulo: Atual, 1999. GOULART, I.B. Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica . 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2012. COMPLEMENTAR CARVALHO, A.M.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M. Desenvolvimento e aprendizagem . Belo Horizonte: Ed. UFMG: Proex, 2006 PIAGET, J. Experiências básicas para utilização pelo professor . 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. PIAGET, J. A psicologia da criança . 19.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003. SANTOS, M.S.; XAVIER, A.S.; NUNES, A.I.B. Psicologia do desenvolvimento: temas e teorias contemporâneas . Brasília: Liber Livro, 2009. VIGOTSKY, L.S. A formação social da mente . São Paulo: Martins Fontes, 2007.

3º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Educação, Corpo e Movimento – Carga Horária: 45 horas
Ementa: Dimensões do movimento e da corporeidade da criança. Ludicidade, jogos e brincadeiras como estratégia na aquisição do movimento. Cultura corporal, expressão e ritmo. Interdisciplinaridade.
Referências Bibliográficas
BÁSICA
FONSECA, V. Psicomotricidade: perspectivas multidisciplinares. Porto Alegre: Artmed, 2004.
GALLARDO, J.S.P. Educação física escolar: do berçário ao Ensino Médio. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
VENÂNCIO, S.; FREIRE, J.B. (Orgs.). O Jogo Dentro e Fora da Escola. Campinas: Autores Associados, 2005.
COMPLEMENTAR
RANGEL, I.C.A. Educação Física na Infância. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
FREIRE, J.B. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física. 5.ed. São Paulo: Scipione, 2009.
PINTO, J.R. Corpo, movimento e educação: o desafio da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: Sprint, 1997.
DANTAS, E. Pensando o corpo e o movimento. 2.ed. Rio de Janeiro: Shape, 2005.
SANCHEZ, P.A. A psicomotricidade na educação infantil: uma prática preventiva e educativa. Porto Alegre: Artmed, 2003.

3º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Didática do Ensino – Carga Horária: 75 horas
Ementa: Educação e Sociedade. Educação Escolar. Concepções de educação: tradicional, escolanovista, tecnicista e progressista. Noções de Currículo. Plano de Curso, de unidade e de aula. Avaliação. Interdisciplinaridade. Relação professor-educando.
Referências Bibliográficas
BÁSICA FAZENDA, I. Didática e interdisciplinaridade . 17. ed. Campinas: Papyrus, 2011. LIBÂNEO, J.C. Didática . 34. ed. São Paulo: Cortez, 1994. LUCKESI, C.. Avaliação da aprendizagem escolar . 22.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
COMPLEMENTAR SILVA, T.T.da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo . 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999 HAYDT, R.C.C. Curso de didática Geral . 8.ed. São Paulo: Ática, 2010 PILETTI, C.. Didática Geral . 24.ed., São Paulo: Ática, 2010. ZABALA, A.. A Prática Educativa: como ensinar . Porto Alegre: Artmed, 1998. CANDAU, V.M. A didática em questão . 32.ed., Campinas: Papyrus, 2011.

3º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: História da Educação II – Carga Horária: 30 horas
Ementa: Através da evolução da Educação Brasileira em suas fases históricas, este componente curricular, discute os principais ideários educacionais, destacando alguns educadores brasileiros.
Referências Bibliográficas
BÁSICA
HILSDORF, M.L.S. História da educação brasileira: leituras. São Paulo: Cengage Learning, 2003.
ROMANELLI, O. História da Educação no Brasil. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
SAVIANI, D.. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007
COMPLEMENTAR
BEISIEGEL, C.de R.. Paulo Freire. Recife: Massangana, 2010.
BUFFA, E.; ARROYO, M.G.; NOSELLA, P.. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? 14.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
NOSELLA, P.. Qual compromisso político?: ensaios sobre a educação brasileira pós-ditadura. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.
SAVIANI, D. Escola e democracia. Campinas: Autores Associados, 2002.
SAVIANI, D. (Org.); LOMBARDI, J.C. (Org.); SANFELICE, J.L. (Org.) História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

3º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Metodologia do Ensino da Matemática I – Carga Horária: 75 horas
Ementa: Conceito de número (aspectos qualitativos e quantitativos). O Sistema de Numeração Decimal. Operações fundamentais: Adição, subtração e diferentes tipos de problemas envolvendo suas propriedades. A resolução de problemas como perspectiva metodológica. Jogos matemáticos como recurso pedagógico. Planejamento de atividades e materiais de ensino na área da matemática nos anos iniciais da alfabetização.
Referências Bibliográficas
BÁSICA BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999. ALVES, E.M.S. A ludicidade e o ensino de matemática: uma prática possível. Campinas: Papirus, 2012. GERALDO, A.C.H. Didática das ciências naturais na perspectiva histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2009.
COMPLEMENTAR KAMII, C. A criança e o número. 31.ed. Campinas: Papirus, 2003. POLYA, G. A arte de resolver problemas. 2.ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1995. SMOLE, K.C.S.; DINIZ, M.I.; CANDIDO, P. Coleção Matemática: Figuras e formas. v.3. Porto Alegre: Artmed, 2003. SMOLE, K.C.S.; DINIZ, M.I.; CANDIDO, P.. Jogos matemáticos de 1º a 5º ano. Porto Alegre: Artmed, 2006. SMOLE, K.C.S.; DINIZ, M.I.; CANDIDO, P. Coleção matemática: Brincadeiras infantis nas aulas de matemática. v.2. Porto Alegre: Artmed, 2000.

3º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Prática como componente curricular – PCC III Carga Horária: 60 horas
Ementa: Atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência do futuro professor com caráter integrador de conteúdos. Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Os anos iniciais do Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/MEC). Planejamento da prática docente.
Referências Bibliográficas BÁSICA BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2 , de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file >. Acesso em: 15 Jun 2018. FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Campinas: Papirus, 2011. COMPLEMENTAR CHAVES-GAMBOA, M.; TAFFAREL, C.; GAMBOA, S. C. A. Prática de ensino: formação profissional e emancipação. 3. ed. Maceio: UFAL, 2011. FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. FREIRE, P. Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. VEIGA, I.P.A. Formação de professores: políticas e debates. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

4º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Metodologia do Ensino de Artes – Carga Horária: 45 horas
Ementa: Conteúdos programáticos fundamentais da Arte e diferentes linguagens da expressão artística (dança, música, desenho, teatro, pintura, modelagem) na escola. Estudo de conceitos e princípios básicos. Criatividade. Interdisciplinaridade. Planejamento e desenvolvimento de atividades e materiais de ensino na área de Artes.
Referências Bibliográficas
BÁSICA BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares nacionais: Artes. Brasília: MEC/SEF, 2001. FERRAZ, M.H.T.; FUSARI, M.F.R. Metodologia do ensino de arte: fundamentos e preposições. São Paulo: Cortez, 2009. KISHIMOTO, T.M.. O brincar e suas teorias. São Paulo: CENGAGE Learning, 2011.
COMPLEMENTAR BENJAMIM, W. Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2002. COX, M. Desenho da criança. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010 JEANDOT, N. Explorando o universo da música. 3.ed. São Paulo: Scipione, 2008 KISHIMOTO, T.M.. Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação. São Paulo: Vozes, 1993. SANTOS, G.R.C.M. Metodologia do Ensino de Artes. São Paulo: Intersaberes, 2016.

4º Período – Disciplina Obrigatória**Disciplina:** Metodologia do Ensino da Matemática II – **Carga Horária:** 75 horas**Ementa:**

Operações fundamentais: multiplicação, divisão e suas propriedades; diferentes tipos de problemas envolvendo o campo multiplicativo: raciocínio combinatório e multiplicação retangular. Frações, números decimais e porcentagem; geometria; grandezas e medidas e tratamento da informação. Jogos matemáticos como recurso pedagógico. Planejamento de atividades e materiais de ensino na área da matemática nos anos finais do ciclo de alfabetização.

Referências Bibliográficas**BÁSICA**

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** adaptações curriculares. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999

ALVES, E.M.S. **A ludicidade e o ensino de matemática:** uma prática possível. Campinas: Papirus, 2012.

GERALDO, A.C.H. **Didática das ciências naturais na perspectiva histórico-crítica.** Campinas: Autores Associados, 2009.

COMPLEMENTAR

KAMII, C. **A criança e o número.** 31.ed. Campinas: Papirus, 2003.

PARRA, C. **Didática da Matemática.** Porto Alegre: Artmed, 1996.

SMOLE, K.C.S.; DINIZ, M.I.; CANDIDO, P. Coleção Matemática: Figuras e formas. v.3. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SMOLE, K.C.S.; DINIZ, M.I.; CANDIDO, P. **Jogos matemáticos de 1º a 5º ano.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

SMOLE, K.C.S.; DINIZ, M.I.; CANDIDO, P. **Coleção matemática:** Brincadeiras infantis nas aulas de matemática. v.2. Porto Alegre: Artmed, 2000.

4º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Metodologia do Ensino de Ciências – Carga Horária: 60 horas
Ementa: O Ensino Ciências: abordagens teóricas e pesquisas da área. Papel do ensino de ciências e inter-relações com os demais componentes curriculares. Referências nacionais para a construção do currículo e para ensino de ciências naturais na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Metodologia do ensino de ciências: planejamento, desenvolvimento e avaliação.
Referências Bibliográficas
BÁSICA ARCE, A.; SILVA, D.A.S.M. da; VAROTTO, M.. Ensinando ciências na educação infantil. Campinas: Alínea, 2011. 133 p. DELIZOICOV, D.; SILVA, A.F.G.da (Colab.). Ensino de ciências: fundamentos e métodos. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011. 364 p. (Docência em formação - ensino fundamental). TEIXEIRA, P.M. (Org.). Ensino de ciências: pesquisas e reflexões. Ribeirão Preto: Holos, 2006. 144 p.
COMPLEMENTAR ASTOLFI, J.P; DEVELAY, M.. Didática das ciências. 16.ed. Campinas: Papyrus, 2011. 123p. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais. Brasília, MEC/SEF, 1997. CARVALHO, A.M.Pde et al. Ciências no ensino fundamental: o conhecimento físico. 1.ed. São Paulo: Scipione, 2010. 199p. (Pensamento e ação no magistério). GERALDO, A.C.H.. Didática de ciências naturais na perspectiva histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2009. xii, 170p. (Formação de professores). KRASILCHIK, M.; MARANDINO, M.. Ensino de ciências e cidadania. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2004. 88 p. (Cotidiano escolar).

4º Período – Disciplina Obrigatória**Disciplina:** Educação Ambiental – **Carga Horária:** 45 horas**Ementa:**

Inter-relação entre Educação, Sociedade e Ambiente. Educação para a mudança. A crise socioambiental. Problematicando as concepções de meio ambiente, desenvolvimento sustentável e educação ambiental. O campo da Educação Ambiental. Políticas Públicas em Educação Ambiental. Concepções de Educação Ambiental na produção teórico-prática. A formação da prática docente em Educação Ambiental. O diagnóstico da Educação Ambiental na educação formal.

Referências Bibliográficas**BÁSICA**

BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** Editora Letras Contemporâneas, 2004.

GAUDIANO, E.G. **Educação Ambiental.** São Paulo: Instituto Piaget, 2005.

PENTEADO, H.D. **Meio Ambiente e Formação de Professores.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COMPLEMENTAR

BARCELOS, V. **Educação Ambiental e complexidade.** Santa Catarina: EDUNISC, 2008.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação.** Campinas: Papirus, 1995. 107p. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

LISBOA, C.P. **Educação ambiental: da teoria à prática.** São Paulo: Mediação, 2012.

TRISTÃO, M. **A educação ambiental na formação de professores: redes de saberes.** São Paulo: Annablume; Vitória, 2004. 236 p.

LOUREIRO, C.F.B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004. 176p.

4º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Saúde da Criança – Carga Horária: 45 horas
Ementa: Saúde da criança de 0 a 10 anos. Conceitos de saúde, nutrição e higiene. Políticas de Atenção à saúde da criança. Programas de saúde, higiene e nutrição na educação infantil e nos anos Iniciais do Ensino Fundamental. Desnutrição: determinantes, desenvolvimento físico, psíquico e social da criança. Puericultura e imunização. Prevenção de acidentes na infância. Violência doméstica na infância.
Referências Bibliográficas
BÁSICA BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999. BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, n.33) BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
COMPLEMENTAR BEE, H. A criança em desenvolvimento. 9 ed. Porto Alegre: Artmed, 2003. BRASIL, Ministério da Educação. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC / SEF, 1998. v. 1-2. BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Criança. Estatuto da criança e do adolescente. 3.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. ENGEL, J. Avaliação em Pediatria. 3 ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2002. NEBIA. M.A.F. Ensinando a cuidar da criança. Rio de Janeiro: Difusão Enfermagem, 2003.

4º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Prática como componente curricular – PCC IV Carga Horária: 60 horas
Ementa: Atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência do futuro professor com caráter integrador de conteúdos. Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/MEC). Práticas desenvolvidas no âmbito dos anos iniciais do Ensino Fundamental.
Referências Bibliográficas BÁSICA BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2 , de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file . Acesso em: 15 jun 2019. FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Campinas: Papirus, 2011. COMPLEMENTAR CHAVES-GAMBOA, M.; TAFFAREL, C.; GAMBOA, S. C. A. Prática de ensino: formação profissional e emancipação. 3. ed. Maceio: UFAL, 2011. FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. FREIRE, P.. Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. VEIGA, I.P.A. Formação de professores: políticas e debates. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

5º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Fundamentos de Currículo na Educação Infantil – Carga Horária: 75 horas
<p>Ementa:</p> <p>Análise dos fundamentos e pressupostos históricos, culturais, políticos, econômicos e sociais da Educação Infantil e sua função no sistema escolar. A criança e a sociedade contemporânea. O lugar social da criança na modernidade. Diversidade cultural e práticas infantis. A cultura da infância e a infância na cultura. Diferentes visões de infância: literatura, cinema, televisão, propaganda, museus, artes plásticas. A criança e a indústria cultural. Criança, natureza, mundo social e conhecimento. Os projetos didáticos e as áreas curriculares integradas.</p>
<p>Referências Bibliográficas</p> <p>BÁSICA</p> <p>ARIËS, P. História Social da Criança e da Família. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.</p> <p>KISHIMOTO, T.M.. Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.</p> <p>KRAMER, S. et al. (Org.). Infância e educação infantil. Campinas: Papyrus, 2012.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BENJAMIN, W.. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. 1. ed. São Paulo: Duas Cidades: 34.ed., 2002.</p> <p>BRASIL, MEC. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.</p> <p>KORCZAK, J.. Quando eu voltar a ser criança. São Paulo: Summus, 1981. 155 p. (Novas buscas em educação; 9).</p> <p>KRAMER, S.. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>OLIVEIRA, Z.de (Org.). A criança e seu desenvolvimento: perspectivas para se discutir a educação infantil. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p>

5º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Ludicidade na Escola – Carga Horária: 45 horas
Ementa: Conceito de jogo, brinquedo e brincadeira. Jogo na educação: aspectos histórico e cultural. Jogo simbólico e a ação pedagógica. Ludicidade e prática pedagógica. Brinquedoteca.
Referências Bibliográficas
BÁSICA ALVES, E.M.S. A ludicidade e o ensino de matemática: uma prática possível. Campinas: Papyrus, 2012. KISHIMOTO, T.M.. O brincar e suas teorias. São Paulo: CENGAGE Learning, 2011. SANTOS, S.M.P. Brinquedoteca – o lúdico em diferentes contextos. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
COMPLEMENTAR BENJAMIM, W. Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2002. COX, M. Desenho da criança. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010 FERRAZ, M.H.T.; FUSARI, M.F.R. Metodologia do ensino de arte: fundamentos e preposições. São Paulo: Cortez, 2009. JEANDOT, N. Explorando o universo da música. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2008. KISHIMOTO, T.M.. Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação. São Paulo: Vozes, 1993.

5º Período – Disciplina Obrigatória

Disciplina: Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa – **Carga Horária:** 75 horas

Ementa:

A evolução do currículo de Língua Portuguesa no país. A Linguística e Sociolinguística no ensino de Língua Portuguesa. Estratégias de leitura em sala de aula. A construção de enunciados (Matriz de Língua Portuguesa- Descritores). Estudo do cruzamento de diferentes linguagens e sua significação. Discussão da leitura, literatura, literatura infantil, televisão, história em quadrinhos, desenho animado, pintura, fotografia. Diferentes gêneros e formas discursivas, instâncias singulares de produção de conhecimento. Estudo da intertextualidade presentes na produção e leitura de textos. Interdisciplinaridade.

Referências Bibliográficas**BÁSICA**

CUNHA, C.; CINTRA, L.F.L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4.ed. Rio de Janeiro: LEXIKON, 2007.

FARACO, C.E. **Gramática**. 20 ed. São Paulo: Ática, 2010

FIORIN, J.L.; SAVIOLI, F.P. **Para entender o texto: leitura e redação**. 17.ed. São Paulo: Ática, 2007.

COMPLEMENTAR

BLIKSTEIN, I. **Técnicas de comunicação escrita**. 22.ed. São Paulo: Ática, 2006.

MAIA, J.D. **Gramática: teoria e exercícios**. São Paulo: FTD, 2000.

SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 12.ed. São Paulo, 1994.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. 6.ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

TERRA, E. **Gramática, Literatura e Redação**. São Paulo: Scipione, 1999.

5º Período – Disciplina Obrigatória**Disciplina:** Metodologia do Ensino de Educação Física – **Carga Horária:** 45 horas**Ementa:**

Educação Física e diferentes linguagens da expressão corporal. Conhecimentos sobre o corpo: esportes, jogos, lutas e ginásticas; atividades rítmicas; atividades expressivas. Dimensões metodológicas do ensino da Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Interdisciplinaridade. O lúdico e a importância do brincar. Jogos na formação da criança. Planejamento e desenvolvimento de atividades e materiais de ensino na área de Educação Física.

Referências Bibliográficas**BÁSICA**

ARRIBAS, T.L. **A educação física de 3 a 8 anos**. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRACHT, V. **Educação Física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

DANTAS, E. **Pensando o corpo e o movimento**. 2.ed. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

COMPLEMENTAR

BROTTO, F.O. **Jogos cooperativos**. v.I. 7.ed. São Paulo: Projeto cooperação, 2003.

BROTTO, F.O. **Jogos cooperativos**. v.II. São Paulo: Projeto Cooperação, 2001.

CASTELLANI FILHO, L. **Metodologia do ensino de educação física**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DEACOVE, J. **Manual dos jogos cooperativos**. São Paulo: Projeto cooperação, 2002.

KISHIMOTO, T.M. **Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação**. 13.ed. São Paulo: Vozes, 2004.

5º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Prática como componente curricular – PCC V Carga Horária: 75 horas
Ementa: Atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência do futuro professor com caráter integrador de conteúdos. Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Enfoque na Gestão Escolar. Planejamento Educacional.
Referências Bibliográficas
BÁSICA BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: nova LDB (lei n. 9.394/96). Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997. BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2 , de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file . Acesso em: 15 jun 2019. FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Campinas: Papirus, 2011.
COMPLEMENTAR CHAVES-GAMBOA, M.; TAFFAREL, C.; GAMBOA, S. C. A. Prática de ensino: formação profissional e emancipação. 3. ed. Maceio: UFAL, 2011. FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. LUCK, Heloísa. Gestão escolar e formação de gestores. Em aberto , Brasília: Inep, v. 17, n. 72, 2000, p. 11-34. SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. VEIGA, I.P.A. Formação de professores: políticas e debates. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

6º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Alfabetização e Letramento I – Carga Horária: 75 horas
Ementa: Bases epistemológicas da aprendizagem da leitura e da escrita. Conceitos fundamentais de alfabetização e letramento. Interdisciplinaridade.
Referências Bibliográficas
BÁSICA CARVALHO, M. Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2012. FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999. SOARES, M. Alfabetização e Letramento. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2013.
COMPLEMENTAR CAGLIARI, L.C. Alfabetização & Linguística. 11.ed. São Paulo: Scipione, 2009. CAGLIARI, G.M.; CAGLIARI, L.C. Diante das letras: a escrita na alfabetização. Campinas: Mercado de Letras, 1999. FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. 26.ed. São Paulo: Cortez, 2011. KLEIMAN, A.; MORAES, S.E. Leitura e Interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola. Campinas: Mercado das Letras, 2001. SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

6º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Metodologia do Ensino de Geografia – Carga Horária: 60 horas
<p>Ementa:</p> <p>As noções de espacialidade e temporalidade apreendidas e vivenciadas pelo educando nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Ressignificando o conhecimento e a percepção do espaço: a construção da identidade, cidadania e sustentabilidade a partir do espaço sensorial-afetivo no cotidiano infantil. Alfabetização cartográfica: construção de conhecimentos, signos e representações no espaço imediato da criança. Os componentes de metodologia do ensino aplicados à prática educativa em Geografia: diretrizes e pressupostos teórico-metodológicos. Intervenções e aplicações pedagógicas na metodologia do ensino geográfico. As novas tendências metodológicas no ensino de Geografia.</p>
<p>Referências Bibliográficas</p> <p>BÁSICA</p> <p>LESANN, J.. Geografia no ensino fundamental I: Formação Docente. Belo Horizonte, MG: Argumentvm Editora Ltda, 2009.</p> <p>PENTEADO, H.D. Metodologia do ensino de história e geografia. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>STRAFORINI, R. Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. São Paulo: Annablume, 2004.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>CASTROGIOVANNI, A.C., CALLAI, H.C., KAERCHER, N.A. Ensino de Geografia: práticas e contextualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2009.</p> <p>CARLOS, A.F.A. (org.) et al. Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.</p> <p>MENDES, J.. Fundamentos e metodologia do ensino de geografia. Editora Fael, 2010.</p> <p>REGO, N.; MOLI, J.; AIGNER, C.. Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2006.</p> <p>SHOKO, K.. Geografia no ensino básico – questões e propostas. São Paulo: Contexto, 2008.</p>

6º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Metodologia da Educação Infantil – Carga Horária: 75 horas
Ementa: Aspectos teóricos que orientam a ação docente. Diagnóstico dos componentes metodológicos envolvidos. Organização do tempo e do espaço. Utilização das várias linguagens. Adaptação da criança à escola. Planejamento didático em educação infantil: introdução, justificativa, objetivos, conteúdo específicos, etapas previstas, coleta e análise de dados.
Referências Bibliográficas
BÁSICA VRIES, R.de; ZAN, B.. Ética na Educação Infantil: o ambiente sócio-moral na escola. Porto Alegre: Artmed, 1998. HORN, M.das G.S. Sabores, Cores, Sos, Aromas: a organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004. OLIVEIRA, Z.R.. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
COMPLEMENTAR ANGOTTI, M.. O trabalho Docente na Pré-Escola: revisitando teorias, descortinando práticas. 2.ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 2002. ANGOTTI, M... A educação infantil em diálogos. São Paulo: Alinea, 2012. BASSEDAS, E.; HUGUET, T.; SOLÉ, I.. Aprender e ensinar na Educação Infantil. Porto alegre: Artmed, 1999. RIZZO, G.. Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. ZABALZA, M.. Qualidade em educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998.

6º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Métodos de Pesquisa em Educação – Carga Horária: 50 horas
Ementa: Classificação das pesquisas e suas abordagens: quantitativa, qualitativa e pesquisa participante. Etapas para produção de projetos e artigos. Início do desenvolvimento do projeto de pesquisa referente ao trabalho de conclusão de curso. Ética em Pesquisa - Comitê de Ética em Pesquisa.
Referências Bibliográficas
BÁSICA COSTA, C.B.G. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (Org.). Normas e padrões para elaboração de trabalhos acadêmico-científicos, monografias e teses (ABNT) . Muzambinho, 2006. MEDEIROS, J.B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 11.ed. São Paulo: Atlas, 2012. SEVERINO, A.J.. Metodologia do trabalho científico . 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
COMPLEMENTAR BARROS, A.J.S.B.; LEHFELD, N.A.S. Fundamentos da metodologia científica . 3.ed. São Paulo: Makron Books, 2007. BRANDÃO, C.R. Pesquisa participante . 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. FAZENDA, I. Metodologia da pesquisa educacional . 12.ed. São Paulo: Cortez, 2010. MARCONI, M.A Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatórios . 7.ed. São Paulo: Ática, 2011. SANTOS, A.R. Metodologia científica: a construção do conhecimento . 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

6º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Prática como componente curricular – PCC VI Carga Horária: 70 horas
Ementa: Atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência do futuro professor com caráter integrador de conteúdos. Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Enfoque na Gestão Escolar. Práticas desenvolvidas no âmbito da Gestão Escolar.
Referências Bibliográficas BÁSICA BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: nova LDB (lei n. 9.394/96). Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997. BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2 , de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file . Acesso em: 15 jun 2019. FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Campinas: Papyrus, 2011. COMPLEMENTAR CHAVES-GAMBOA, M.; TAFFAREL, C.; GAMBOA, S. C. A. Prática de ensino: formação profissional e emancipação. 3. ed. Maceio: UFAL, 2011. FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. LUCK, Heloísa. Gestão escolar e formação de gestores. Em aberto , Brasília: Inep, v. 17, n. 72, 2000, p. 11-34. SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. VEIGA, I.P.A. Formação de professores: políticas e debates. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

7º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Alfabetização e Letramento II – Carga Horária: 75 horas
Ementa: A apropriação da linguagem escrita. Pressupostos teórico-epistemológicos na alfabetização. Relações entre alfabetização, construção do conhecimento e letramento. Oralidade e função social da escrita. Interdisciplinaridade.
Referências Bibliográficas
BÁSICA CAGLIARI, L.C. Alfabetização e lingüística . 10.ed. São Paulo: Scipione, 2002. SOARES, M.B. Alfabetização e letramento . São Paulo: Contexto: 2003. TEIXIDÓ, M.M.; MORILO, M.M.; CURTO, L.M. Escrever e ler: como as crianças aprendem e como os professores podem ensiná-las a escrever e a ler . v.1. Porto Alegre: Artmed, 2000.
COMPLEMENTAR BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares . Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999. KAUFMAN, A.M.; CASTEDO, M. Alfabetização de crianças: construção e intercâmbio – experiências pedagógicas na educação infantil e no ensino fundamental . 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 1998 MORAIS, A.G. de. Ortografia: ensinar e aprender . 4.ed. São Paulo: Ática, 2000. TEIXIDÓ, M.M. Escrever e ler: materiais e recursos para a sala de aula . v.2. Porto Alegre: Artmed, 2000. WEISZ, T. Por trás das letras . São Paulo: FTD, 1992.

7º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Metodologia do Ensino de História – Carga Horária: 60 horas
Ementa: O ensino da História e suas implicações no processo educativo. História na Sala de Aula. A realidade do ensino de História no Brasil. Alternativas metodológicas e elementos didáticos no ensino de História.
Referências Bibliográficas
BÁSICA
BITTENCOURT, C.M.F. O saber histórico em sala de aula. São Paulo: Contexto, 1998.
BORGES, V.P.. O que é História? São Paulo: Brasiliense, 1980.
PINSKY, J.. O ensino de história e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 1997.
COMPLEMENTAR
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC – Parâmetros Curriculares Nacionais: história, 1998.
BITTENCOURT, C.M.F. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.
BLOCH, M.L.B.. Apologia da história, ou, o ofício de historiador. São Paulo: Zahar, 2001.
HOBSBAW, E.. Era dos Extremos: o breve Século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
KARNAL, L.. História na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2004.

7º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Diversidade e Educação – Carga Horária: 60 horas
Ementa: Educação para as relações étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro-brasileira e indígena. Políticas de ações afirmativas e discriminação positiva: a questão das cotas.
Referências Bibliográficas
BÁSICA
ANDRÉ, M. Pedagogia das diferenças na sala de aula. 7.ed. Campinas: Papirus, 2006.
DINIZ, M.; VASCONCELOS, R.N. Pluralidade cultural e inclusão na formação de professores e professoras. Belo Horizonte: Editora Formato, 2004.
RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
COMPLEMENTAR
BRASIL. MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: primeira a quarta série: temas transversais: pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília, MEC/SEF, v.2, 2.ed. 2000.
FARIAS, P.S.; PINHEIRO, M.L. Novos estudos em relações étnico-raciais. São Paulo: Contra Capa, 2014.
FÁVERO, O.; IRELAND, T.D. Educação como exercício de diversidade. Brasília: Unesco, 2007.
LOURO, G.L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S.V. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
SILVERIO, V.R.; MATTIOLI, E.A.K. Relações étnico-raciais: um percurso para educadores. São Carlos: EDUFSCAR, 2013.

7º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso I – Carga Horária: 60 horas
Ementa: Inter-relação entre pesquisa, ensino e prática no campo educacional a partir de suas instâncias epistemológicas, pedagógicas e didáticas. Elaboração do trabalho científico: relato de experiência, resumo expandido, trabalho completo ou artigo científico, a partir de práticas desenvolvidas nos componentes curriculares do curso.
Referências Bibliográficas
BÁSICA ANDRÉ, M. E. Etnografia da prática escolar . Campinas: Papyrus, 1995 GIL Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002 CERVO, A., BREVIAN, P.A. A metodologia científica . S.Paulo, McGraw-Hill, 2011.
COMPLEMENTAR GATTI, B. A. A construção da pesquisa em Educação . Brasília: Editora Plano (Série pesquisa, v. 1), 2006. FAZENDA, I.C.A. Metodologia da pesquisa educacional . 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010. LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. Pesquisa pedagógica: do projeto à implementação . Porto Alegre: Artmed, 2008. MARIGO, A.F.C.; BRAGA, F.M. Em busca do conhecimento em educação: fundamentos do trabalho acadêmico-científico . Coleção UAB-UFSCAR. São Carlos: EdUFSCar, 2015 MEDEIROS, J.B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 11.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

7º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Política e Organização da Educação Básica – Carga Horária: 60 horas
Ementa: O Público, o Estatal e o Privado na educação brasileira. Estrutura e Funcionamento da Educação Básica: impasses e perspectivas das políticas educacionais. Organização dos sistemas de ensino. Políticas públicas educacionais e legislação de ensino: a Lei nº 9.394/96 e suas implicações nos diferentes níveis de modalidade de ensino.
Referências Bibliográficas BÁSICA BRANDÃO, C.F. LDB passo a passo: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei n. 9.394/96 comentada e interpretada, artigo por artigo. 5.ed. rev. atual. São Paulo: Avercamp, 2015. LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.de; TOSCHI, M.S.. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2013. (Docência em formação saberes pedagógicos). SAVIANI, D. Educação brasileira: estrutura e sistema. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2012. COMPLEMENTAR AMARAL, N.C.. Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil. Brasília: Liber Livro, 2012. (Coleção formar). BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o manifesto. Brasília: MEC, 2014. JEFFREY, D.C.; AGUILAR, L.E. (Org.). Política educacional brasileira: análises e entraves: (níveis e modalidades). Campinas: Mercado de Letras, 2012. MÉSZÁROS, I.. A educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho). VIEIRA, S.L.; FARIAS, I.M.S.de. Política educacional no Brasil: introdução histórica. 3.ed. Brasília: Liber Livro, 2011.

8º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação – Carga Horária: 45 horas
Ementa: Tecnologias: instrumentais, intelectuais e educacionais; Espaços diferenciados de aprendizagem; Mídias na Educação; Informática na Educação; Softwares Educacionais; Objetos de Aprendizagem; Redes Virtuais de Aprendizagem.
Referências Bibliográficas
BÁSICA COX, K.K. Informática na educação escolar . Campinas: Autores Associados, 2003. OLIVEIRA, R.de. Informática educativa: dos planos e discursos a sala de aula . Campinas, Papirus, 1997. SOBRAL, A.V.. Internet na escola: o que é? Como se faz? 3.ed. Rio de Janeiro: Loyola, 2002.
COMPLEMENTAR MORAN, J.M.; MASETTO, M.T.; BEHRENS, M.A.. Novas tecnologias e mediação pedagógica . 19. ed. Campinas: Papirus, 2012. FERRETI, C.J.; FRANCO, M.L.; ZIBAS, D. Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar . 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. MASSETTO, M.T.; MORAN, J.M.; BEHRENS, M. Novas tecnologias e mediação pedagógica . Campinas: Papirus, 2000. ROSINI, A.M. Novas tecnologias da informação e a educação a distância . São Paulo: Pioneira, 2007. TAJRA, S.F. Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor . São Paulo: Érica, 2012.

8º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Fundamentos da Educação Especial – Carga Horária: 60 horas
Ementa: Análise histórica da Educação Especial, contemplando o estudo das políticas públicas para a educação inclusiva. Estudo sobre os sujeitos do processo da educação inclusiva com ênfase na aprendizagem. Análise da organização e estrutura de currículos e conteúdos programáticos utilizados na educação especial.
Referências Bibliográficas
BÁSICA BEYER, H.O. Inclusão e avaliação na escola de educandos com necessidades educacionais especiais . 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2006. PADILHA, A.M.. Práticas Pedagógicas na Educação Especial . São Paulo: Ed. Aut. Assoc, 2005. MAZZOTTA, M.J.S., Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas , 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
COMPLEMENTAR BRASIL, Lei nº 13.146 de 6 de julho/2015 . Estatuto da Pessoas com Deficiência. Brasília: MEC, 2015. CARVALHO, R.E.. Educação inclusiva: com os pingos nos “is” . Belo Horizonte: Mediação, 2004. FERREIRA, M.E.C.; GUIMARÃES, M.. Educação Inclusiva . Rio de Janeiro: Dp&a, 2003. GONZÁLES, E. (Colab.). Necessidades educacionais específicas, intervenção psicoeducacional . Porto Alegre: Artmed, 2007. MANTOAN, M.T.E.. Inclusão escolar: o que é? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

8º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS – Carga Horária: 60 horas
Ementa: Aspectos clínicos, educacionais e sócio antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - LIBRAS: características básicas da fonologia. O intérprete de Libras e seus principais requisitos. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais. Noções de variação. Praticar LIBRAS: desenvolver a expressão visual-espacial para a docência.
Referências Bibliográficas
BÁSICA
FIGUEIRA, A.S. Material de Apoio para o aprendizado em LIBRAS. Porto Alegre: mediação, 2011.
GESSER, A. LIBRAS: que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009.
QUADROS, R.M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.
COMPLEMENTAR
ALMEIDA, E.C.de.; DUARTE, P.M. Atividades ilustradas em sinais da LIBRAS. São Paulo: Revinter, 2004
CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, W.D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngua da Língua de Sinais. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
LACERDA, C.B.F.de. Intérprete de LIBRAS. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.
REIS, B.A.C.dos; SEGALLA, S.R. ABC em LIBRAS. São Paulo: Panda Books, 2009.
SANTANA, A.P. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007.

8º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Gestão Escolar – Carga Horária: 45 horas
Ementa: Educação escolar e não escolar. Instituições escolares ou não escolares. Gestão democrática. Papel do gestor. Organização do trabalho pedagógico. Superação da dicotomia entre os aspectos administrativos e pedagógicos da gestão.
Referências Bibliográficas BÁSICA LIBÂNEO, J.C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. rev. e ampl. Goiânia: MF Livros, 2008. LUCK, H. Liderança em gestão escolar. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. PARO, V.H. Administração escolar: introdução crítica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012. COMPLEMENTAR BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho escolar e direitos humanos. Brasília: MEC, 2008. LUCK, H. Gestão participativa na escola. Petrópolis: Vozes, 2006. PRAIS, M.L.M. Administração colegiada na escola pública. 3. ed. Campinas: Papirus, 1994. SANTOS, C.R. A gestão educacional e escolar para a modernidade. São Paulo: Cengage Learning, 2009. SILVA, A.M.M. et al. Educação formal e não formal, processos formativos e saberes pedagógicos: desafios para a inclusão social. Recife: ENDIPE, 2006.

8º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Carga Horária: 45 horas
Ementa: Aspectos históricos da educação de jovens e adultos (EJA) do Brasil. A educação de adultos nas Campanhas de educação de massa. Concepção freireana de Educação: educação bancária, educação problematizadora e dialogicidade. Pressupostos teórico-metodológicos da educação de jovens e adultos. Análise da EJA como instrumento de inclusão social, considerando as formas de atuação dos docentes nos primeiros anos do ensino fundamental e a especificidade do trabalho com jovens e adultos.
Referências Bibliográficas BÁSICA FREIRE, P. Pedagogia do oprimido . 55. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. PAIVA, V.P. História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos . 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003. SOARES, L.; GIOVANETTI, M.A.G.C.; GOMES, N.L. Diálogos na educação de jovens e adultos . 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. COMPLEMENTAR BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 5840, de 13 de julho de 2006 . Institui no âmbito federal o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília: MEC, 2006. BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos . Parecer nº 11 de 10 de maio de 2000. Brasília: MEC, 2000. BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos . Resolução do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica nº 01 de 5 de Julho de 2000. GADOTTI, M.; ROMÃO, J.E. Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta . 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010. VÓVIO, C.L.; IRELAND, T.D. Construção coletiva: contribuições à educação e jovens e adultos . 2. ed. Brasília: MEC, 2008.

8º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso II – Carga Horária: 35 horas
Ementa: Orientações para a finalização da escrita do trabalho científico. Normas para a elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso Final.
Referências Bibliográficas
BÁSICA GIL Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002 CERVO, A., BREVIAN, P.A. A metodologia científica . S.Paulo, McGraw-Hill, 2011. DEMO. P. Pesquisa: princípio científico e educativo . 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
COMPLEMENTAR FAZENDA, I.C.A. Metodologia da pesquisa educacional . 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010. GATTI, B. A. A construção da pesquisa em Educação . Brasília: Editora Plano (Série pesquisa, v. 1), 2006. GONSALVES, E. P. Escolhendo o Percurso Metodológico . Iniciação à Pesquisa Científica. 3 ed. Campinas/SP: Alínea, 2003. MEDEIROS, J.B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 11.ed. São Paulo: Atlas, 2012. SANTOS, Clóvis Roberto dos Santos. Trabalho de Conclusão de Curso – Guia de Elaboração Passo a Passo . São Paulo: Cengage. Learning, 2010

12. BIBLIOTECAS DOS POLOS DE APOIO PRESENCIAL

Os educandos que buscam os polos de apoio presencial para ter suporte às suas necessidades de ensino-aprendizagem precisam das bibliotecas e, conseqüentemente, do profissional bibliotecário. Logo, este educando deverá encontrar a infraestrutura necessária para um atendimento eficiente e eficaz de suas demandas de conhecimento, já que os polos funcionam como extensão do IFSULDEMINAS.

O MEC estabelece os critérios para o funcionamento das bibliotecas nos polos de apoio presencial. O documento “Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância” estabelece que os mesmos cursos devam ter em sua infraestrutura de apoio polos com uma biblioteca contendo: “[...] um acervo mínimo para possibilitar acesso dos educandos à bibliografia, além do material instrucional utilizado pelo curso; sistema de empréstimo de livros e periódicos ligados à sede da IES para possibilitar acesso à bibliografia mais completa, além do disponibilizado no polo (BRASIL, 2007, p.19).

Ainda de acordo com o documento em questão, é importante que as bibliotecas dos polos possuam acervo atualizado, amplo e compatível com as disciplinas ministradas nos cursos ofertados. Seguindo a concepção de amplitude de meios de comunicação e informação da educação à distância, o material oferecido na biblioteca deve ser disponibilizado igualmente em diferentes mídias. É importante também que a biblioteca esteja informatizada, permitindo que sejam realizadas consultas online, solicitação virtual de empréstimos dos livros, entre outras atividades de pesquisa que facilitem o acesso ao conhecimento. Além disso, a biblioteca deve dispor em seu espaço interno de salas de estudos individuais e em grupo (BRASIL, 2007, p. 26).

Importante ressaltar que todas as bibliotecas do IFSULDEMINAS possuem um sistema interligado denominado “**Meu Pergamum**” que é um sistema que permite os usuários terem acesso a diversas funções como, por exemplo, consulta ao acervo, reserva de livros, renovação online e consulta de débitos referentes não apenas ao acervo do Polo do qual pertence, mas também de todos os campi do IFSULDEMINAS.

Existe, ainda, a plataforma **Minha Biblioteca** que é formada pelo consórcio das quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil: Grupo A, Atlas,

Grupo GEN e Saraiva. Essas editoras se uniram para oferecer às instituições de ensino uma plataforma prática e inovadora disponibilizando seus e-books nas nuvens para acesso a partir de qualquer dispositivo conectado à Internet. Essa plataforma oferece um conjunto de funcionalidades para enriquecimento de estudos e leitura. Atualmente possui disponíveis mais de 6 mil títulos.

13. METODOLOGIA

A metodologia do curso parte do referencial teórico definido na matriz curricular e a concepção de ensino na relação pedagógica. Assim, o Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso se fundamentou na perspectiva de que professor, professor mediador/tutor e educando são sujeitos inseridos em um contexto histórico e que a construção do conhecimento ocorra na mediação constante dos saberes disciplinares e nas metodologias de ensino preconizadas no AVA.

No decorrer dos oito períodos os conteúdos das disciplinas serão apresentados, refletidos discutidos e desenvolvidos pelos professores nas seguintes metodologias: Material apostilado - textos organizados com o referencial teórico norteador do conteúdo que permitirá ao acadêmico conhecer os fundamentos teóricos de cada área de conhecimento do curso; Videoaulas - discutem a temática da semana, ampliam o referencial teórico e relacionam as possibilidades que a teoria permite na intervenção prática da futura profissão; Vídeos complementares de diferentes profissionais da educação - para não se restringir somente ao olhar do professor aos fundamentos teóricos, discutirão a temática e contribuirão para ampliar o entendimento teórico.

Atividades avaliativas diversificadas permitirão que as metodologias sejam ressignificadas a cada semana: Questionário - permite aprofundar discussões, evidenciar pontos importantes da temática discutida por meios de questões que perpassam pela reflexão entre a teoria e a prática, o suporte da legislação, aspectos históricos ou sociais que permitem a contextualização do tema no processo de formação; Tarefa - propicia diferentes possibilidades de ações como pesquisa, atividades pontuais com questões abertas que contribuem para a reflexão de determinada situação problema para a busca de soluções no cenário educacional ou do cotidiano da sala de aula; Wiki - o acadêmico será convidado

a participar com os colegas a tecerem textos a partir de uma temática ou situação problema, interajam os saberes, dúvidas, opiniões e a cheguem a uma decisão na elaboração de um texto que apresente a visão do grupo; Glossário - contribui para que os significados dos termos relevantes de cada temática ou conceitos teóricos sejam selecionados e priorizados no processo de ensino e aprendizagem e Fórum – permite a reflexão prática com a teórica estudada e discutida.

O Fórum deverá promover interação e comunicação entre os usuários do curso nas disciplinas: Fórum de Dúvidas Semanal – educandos podem apresentar dúvidas referentes ao conteúdo da semana e atividades; Fórum de Dúvidas para Webconferência – os estudantes podem postar dúvidas ou conteúdos que precisam ser abordados pelo docente. Ademais, os tutores poderão utilizar encontros via Chat ou webconferências para sanar dúvidas pontuais a um maior número de alunos. Além de haver no AVA um Fórum oculto aos estudantes – Fórum Tutores x Professor, em que tutores podem enviar dúvidas e feedbacks semanais do andamento das atividades aos professores. Acredita-se que essa devolutiva é um elemento norteador à sequência do trabalho do professor, que se julgar necessário, poderá acrescentar, transformar, adequar elementos na sequência de seu trabalho, como por exemplo, gravar nova videoaula para esclarecer dúvidas, articular saberes com a prática educativa ou até mesmo estabelecer relações entre os conteúdos estudados no decorrer das semanas, rompendo assim, a fragmentação do ensino, proporcionando ao estudante melhor compreensão dos assuntos estudados. Em caso de dúvida ou sugestão, tutores e professor terão disponibilidade ao diálogo, sendo uma cópia das mensagens transmitidas via plataforma será enviada ao e-mail de cada usuário, evitando ruídos na comunicação.

Neste sentido, as metodologias do curso permitirão ao educando, sujeito de sua própria aprendizagem, junto com o professor e a mediação do tutor, participação ativa no decorrer das disciplinas ofertadas no curso. Acredita-se que tanto o professor quanto o tutor tem de ser promotores do encantamento com o conhecimento; há necessidade de sólida base científica, da formação de cidadania e da solidariedade social, cabendo a eles estimular o desenvolvimento da autonomia dos alunos na construção do conhecimento a partir de informações compartilhadas. É a partir dessa reflexão que o NDE propôs a metodologia do curso, um caminho que parte do perfil do egresso, da coerência entre o que se faz na

formação do educando e o que se espera dele como futuro professor. Desse princípio as disciplinas foram organizadas, em consonância com a Resolução CNE/CP nº 02/2015.

Reforçando a preocupação da proposta curricular do curso ao que concerne às metodologias inovadoras e mediadoras para a formação do futuro pedagogo, ao iniciar a formação, o acadêmico cursa a primeira disciplina - Educação Aberta e a Distância, estratégia adotada para que o ingressante sintasse seguro no curso e manifeste ou desenvolva as habilidades mínimas necessárias ao desempenho de suas atividades acadêmicas. Neste quesito, introduz-se novas formas de interação entre discentes e tutoria que visem ampliar a capacidade de acompanhamento efetivo dos educandos, de forma cotidiana e personalizada, a fim de evitar a evasão.

Nos encontros presenciais obrigatórios (pelo menos um encontro por disciplina) a diversificação das metodologias será incentivada até mesmo para articular os objetivos do curso com sua própria metodologia. Além do encontro presencial por disciplina, o curso abrangerá ainda uma webconferência ao final de cada disciplina, esta ministrada pelo professor com a participação dos discentes e tutores. Essa prática, mais uma vez, garantirá a interação direta entre todos os participantes do processo ensino-aprendizagem. Inserir a webconferência, ao final de cada disciplina, oportunizará um espaço no qual o aluno pode esclarecer dúvidas, compartilhar entendimentos, tecer relações com a prática. Caracteriza-se como mais um momento em que é possível ao professor criar situações e intervir de modo assertivo para atribuir significado ao conhecimento elaborado até o momento, instigar nos educandos pensamentos e ações, construindo, internalizando e elaborando novos conhecimentos.

A diversificação das metodologias será incentivada e concretizada tanto de forma presencial (momento em que estudantes vivenciam a realidade escolar, por meio das disciplinas de PCC, estágio supervisionado ou TCC, encontros presenciais) quanto virtual (TIC's e recursos disponíveis no AVA), por meio de seminários, trabalhos de campo, pesquisas em bibliotecas, projetos, teatros, leituras, dramatizações, expressão corporal, jogos pedagógicos, entre outros. Em especial, a avaliação presencial em grupo, da forma como é organizada e conduzida, será concebida também como um importante momento de aprendizagem, pois ali, há a interlocução com os membros do grupo, a

socialização entre os pares e a devolutiva do tutor - sistematização do conteúdo como fechamento, preparando e fornecendo segurança para que os estudantes realizem a atividade avaliativa individual, na sequência.

Tais práticas, vividas ao longo dos quatro anos de curso, acrescidas de experiências teórico-prática e integradoras, proporcionadas principalmente pelas disciplinas de PCC's e Estágio Supervisionado, contextos em que são proporcionados momentos de observação (do contexto educacional, da comunidade em que a unidade escolar está inserida, das condições materiais, da clientela atendida pela escola, da prática pedagógica realizada pelo professor, da organização da escola e da sala de aula, da relação da escola com a comunidade, dos estudantes, dentre outros), e efetivação de práticas pedagógicas (regência, elaboração e desenvolvimento de projetos), possibilitam as condições necessárias para o desenvolvimento de competências e habilidades para atuarem de forma significativa nas realidades locais e regionais.

Essas ações objetivam demonstrar que o educando de nosso curso não caminha sozinho no processo. Há conteúdo, atividades e a possibilidade do diálogo e interação entre professores, tutores e educando, garantindo assim, que os conceitos e propostas lançados pelas diferentes disciplinas sejam aprendidos de fato, sem a necessidade de que o aluno decore o conteúdo para realizar atividades avaliativas.

Nesse sentido, além das capacitações e formações específicas para a EaD realizadas em disciplinas específicas no primeiro semestre e ao longo do curso, Prática como Componente Curricular (PCC), um Guia do Educando/Disciplina será oferecido aos educandos. Nele, encontram-se descritas as metodologias empregadas com o uso das TIC's e as estratégias que possibilitam aos educandos construir ativamente o conhecimento; descrevem também o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) e os recursos disponíveis aos educandos; igualmente, informam as práticas pedagógicas que serão desenvolvidas pelos professores no decorrer do curso e sua coerência com a metodologia prevista/implantada.

13.1. Tecnologias da informação e comunicação – TIC's no processo ensino aprendizagem

São recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, com destaque para aquelas disponíveis no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), Moodle.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) constituem boa parte da vida acadêmica dos educandos do curso de Licenciatura em Pedagogia EaD do IFSULDEMINAS, uma vez que o oferecimento de cursos na modalidade a distância só é possível devido ao uso e evolução das TIC's. Neste sentido, as TIC's estarão presentes no dia a dia do nosso aluno, desde o acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem - nossa sala de aula virtual, ao início de uma disciplina, até as avaliações presenciais, ao término de cada disciplina, que comumente são utilizadas salas de aula com recursos multimídias ou laboratórios de informática.

O AVA do curso de Pedagogia se define para além de simples repositório de textos, imagens e vídeos. Dentro dos princípios da aprendizagem *e-Learning* é configurado para garantir aos usuários do curso uma diversidade de ferramentas síncronas e assíncronas que oportunizam novas competências, habilidades, formas de ser e fazer educando e docente, facilitando o processo de ensino aprendizagem, além de torná-lo mais prazeroso. O presente Projeto Pedagógico do Curso prima pelo uso de ferramentas como enquete, webconferência, mensagem, glossário, tarefa, questionário, fórum, chat e wiki.

Para cumprir os objetivos mínimos previstos considera-se necessário que o AVA contenha recursos mínimos de atividades e que os docentes as utilizem diversificadamente, tais como aquelas presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, que é o AVA escolhido para a oferta do curso. Destacam-se, dentre outros:

- **Enquete:** é o instrumento utilizado para coletar opiniões acerca de um assunto referente a disciplina, módulo, tema etc. O professor pode fazer uso desse recurso para, por exemplo, saber qual o melhor dia e horário para a realização de um chat, uma pesquisa de campo, um trabalho presencial, entre outros.

- **Webconferência:** é um recurso tecnológico que possibilita conectar professores, professores mediadores/tutores e educandos por meio da internet,

para a realização de eventos e/ou aula online. A comunicação é feita por áudio e vídeo, em tempo real e com a possibilidade do uso de textos e arquivos.

- **Diálogo/Mensagem:** ferramenta que permite a troca de mensagens entre dois participantes (docente-educando/educando-educando). Desde que a atividade tenha sido criada, qualquer participante pode iniciar um diálogo, convidando alguém para uma conversa assíncrona.

- **Glossário:** dicionário que pode ser utilizado para escrever alguns termos relacionados com um determinado assunto. Uma das suas funcionalidades mais importantes é a possibilidade de realçar termos existentes no glossário ao aparecerem num recurso ou atividade da página (hiperlinks).

- **Tarefa:** permite ao docente agendar /propor a realização de tarefas que envolvam a elaboração de algum produto em formato digital a ser submetido na plataforma em prazo definido. As tarefas mais comuns neste tipo de atividade incluem artigos, ensaios, projetos e relatórios. O docente dispõe de um campo para comentar cada trabalho.

- **Questionário:** permite ao docente criar testes objetivos com diferentes tipos de perguntas (múltipla escolha; verdadeiro/falso; respostas curtas). Os questionários e as perguntas ficam registados na base de dados para reutilização em diferentes cursos e contextos. Na construção de um questionário, o professor pode fazer algumas escolhas, como mostrar ou não os resultados no final do questionário.

- **Fórum:** forma de interação e comunicação assíncrona fundamental em ambiente de aprendizagem a distância. É nos fóruns que tem lugar o debate, a partilha de ideias e o esclarecimento de dúvidas. Um fórum pode ser configurado para que os educandos sejam automaticamente inscritos na discussão, o que significa que receberão cada mensagem colocada no fórum na sua caixa de e-mail.

- **Chat:** chat ou conversa síncrona permite aos participantes discutir um tema ou afinar estratégias a distância mas em tempo real. A atividade de Chat pode ser agendada e associada apenas a determinada sessão com objetivos definidos ou constituir um espaço aberto, informal, sempre disponível. Um aspecto importante para o docente é a possibilidade de manter em arquivo o conteúdo das conversas realizadas.

– **Wiki:** página web que pode ser editada colaborativamente, ou seja, qualquer participante pode inserir, editar, apagar textos. Oferece suporte a processos de aprendizagem colaborativa. As versões antigas são arquivadas e podem ser recuperadas a qualquer momento.

No planejamento das disciplinas deve-se priorizar a diversificação de ferramentas avaliativas, e, sobretudo, conscientizar os professores para a importância da utilização de ferramentas interativas e colaborativas de aprendizagem, com destaque para wiki. Os professores deverão ser capacitados para o uso da ferramenta, garantindo que sua utilização promova o máximo de comunicação, troca de ideias e partilha de conhecimento entre os educandos.

Outro destaque é para a utilização da ferramenta fórum, que não deverá se restringir à atividades avaliativas - a exemplo os fóruns de discussão, mas também deverá ser amplamente utilizada para promover e facilitar a comunicação e interatividade entre docentes, discentes e tutores. Alguns exemplos a seguir: Fórum de Comunicação Tutores x Professor (disposto na aba Apresentação da disciplina), Fórum de Dúvidas Semanal (disposto na aba semanal da disciplina), Fórum de Dúvidas da Área do Estágio Supervisionado (canal de comunicação tutores e discentes), Fórum de Dúvidas Área de AACC (canal de comunicação tutores e discentes); além do Fórum de Atividades Complementares, utilizado para envio de oportunidades de AACC aos estudantes, com cópia das mensagens enviadas para o e-mail do usuário.

Ademais, as TICs encontram-se disponibilizadas nos ambientes de apoio presencial nos campi-polo (Campus Inconfidentes, Machado e Muzambinho). Neste contexto, os educandos poderão fazer uso da estrutura (laboratórios de informática, biblioteca, acesso à internet, servidores e conta de e-mail institucional) e de serviços que possibilitam a utilização de TICs no processo ensino-aprendizagem, permitindo e facilitando a execução deste projeto pedagógico do curso. A GTIC - Gerência de Tecnologia da Informação e Comunicação - é responsável nos campi-polo pelo aprimoramento e manutenção dos serviços de TI. Como ferramenta de comunicação e objetivando eficiência na disponibilização dos recursos, a GTIC utiliza a ferramenta GLPI, que consiste em uma aplicação de gestão desenvolvida para atender às necessidades de Gestores de TI no gerenciamento de chamados de Helpdesk. O sistema acadêmico Webgiz é utilizado pela secretaria acadêmica, discentes e docentes,

local onde se registram notas, planos de ensino, geram-se relatórios, entre outros.

13.2. Mecanismos de interação e tutoria

Não basta garantir as estruturas tecnológicas de TIC, ao contrário, elas devem ser efetivas na comunicação dos envolvidos. Portanto, para além da descrição do AVA, importa descrever os mecanismos de atendimento ao público e as estratégias utilizadas para motivar educandos, professores mediadores/tutores e docentes a promoverem ensino-aprendizagens colaborativas no AVA.

Uma estratégia refere-se a oferta de uma disciplina específica de Ambientação, com o título de *Educação Aberta e a Distância*, que vai além do ensino das condições de acesso e introdução ao Moodle e trabalha na produção do Plano de Estudos dos educandos.

Além disso, busca-se introduzir novas formas de interação capazes de realizar um acompanhamento efetivo dos educandos, evitando sua evasão. Para tanto, os professores mediadores/tutores são essenciais, pois tem o mérito de estabelecerem uma comunicação permanente e continuada em diferentes espaços geográficos e tempos, de modo a possibilitar ao educando a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como desenvolver a sociabilidade, por meio de atividades da comunicação, interação e troca de experiências.

O professor mediador/tutor, no exercício da função auxiliar docente participa ativamente da prática pedagógica. Trata-se de um profissional que deverá ser graduado na área do curso e selecionado pelo campus proponente, no mínimo em número de seis (6) por turma, ou seja, dois (2) para cada polo de apoio presencial e com carga horária de trabalho semanal de 20 horas.

Os professores mediadores/tutores serão responsáveis pela mediação do processo pedagógico com educandos geograficamente distantes ou presentes nos polos de apoio presencial. São atribuições do professor mediador/tutor, a saber: esclarecer dúvidas; promover espaços de construção coletiva de conhecimentos; selecionar material de apoio e sustentar teoricamente os

conteúdos; assistir ou auxiliar o docente nos processos avaliativos de ensino-aprendizagem.

Os professores mediadores/tutores deverão também ser devidamente capacitados para utilização das TIC's, atuando por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem, preferencialmente na sede do campus proponente e seus polos.

13.3 Papel do Docente e do Professor Mediador/Tutor

Foi definido pelo NDE as seguintes atribuições para professores mediadores/tutores e docentes do curso:

Professor Mediador/Tutor:

- Cumprir carga horária junto ao polo de apoio presencial e AVA estabelecida pela Coordenação de Curso e Coordenação de Plataforma e Tutoria;
- Assinar livro de ponto no polo de apoio presencial de acordo com a carga horária presencial estabelecida pela Coordenação de Curso e Coordenação de Plataforma e Tutoria;
- Garantir acesso regular ao AVA durante o período do contrato;
- Atentar para as informações contidas no Guia da Disciplina, informando à Coordenação de Plataforma e Tutoria quanto a possíveis divergências entre o Guia e as atividades postadas no AVA;
- Garantir que a comunicação com os docentes e educandos seja realizada preferencialmente via AVA, com retorno de no máximo 24 horas;
- Manter contato constante com os educandos, motivando-os continuamente para o estudo;
- Orientar e supervisionar trabalhos dos educandos, ajudando-os a adquirir autonomia;
- Esclarecer dúvidas sobre o conteúdo e atividades propostas pelas disciplinas;
- Assistir às webconferências realizadas pelos docentes;
- Corrigir atividades online, de acordo com o gabarito elaborado pelo docente, em até 1 (uma) semana após o encerramento da atividade;
- Proporcionar feedback dos trabalhos e avaliações realizadas;
- Organizar relatórios da participação do educando no AVA, conforme critérios previamente definidos;

- Participar e corrigir fóruns avaliativos online, mediante orientações por parte dos professores, garantindo a correção em até 1 (uma) semana após o encerramento da atividade;
- Garantir, com antecedência, a reprodução das avaliações presenciais a serem aplicadas;
- Aplicar e corrigir as avaliações presenciais, de acordo com o gabarito elaborado pelo docente, garantindo a correção em até 10 (dez) dias após a aplicação;
- Lançar notas no AVA;
- Instruir os educandos sobre regulamentos e procedimentos do Curso como prazos de matrícula, rematrícula, dispensa de disciplinas, solicitação de dependências, apresentação de atestados e quaisquer outras atividades inerentes ao curso;
- Apresentar os interesses dos educandos junto à Coordenação;
- Participar do processo de matrícula de ingressantes quando requisitado pela Coordenação de Plataforma e Tutoria;
- Realizar a conferência das notas lançadas no AVA e no Sistema Acadêmico (Webgiz) após o término da disciplina quando requisitado pela Coordenação de Plataforma e Tutoria;
- Participar das Reuniões Pedagógicas e Capacitações quando requisitado pela Coordenação de Plataforma e Tutoria.

Docente:

- Garantir acesso regular ao AVA durante o período da disciplina;
- Garantir que a comunicação com os professores mediadores/tutores e educandos seja realizada preferencialmente via AVA, com retorno de no máximo 24 horas;
- Alimentar semanalmente o AVA com todas as informações necessárias para o bom andamento da disciplina;
- Elaborar/selecionar e postar no AVA o material didático da disciplina;
- Elaborar e postar no AVA o Guia da Disciplina, seguindo normas estabelecidas pela coordenação de curso;
- Postar no AVA um vídeo de apresentação do professor e da disciplina, com esclarecimentos e orientações sobre os encontros presenciais, divisão da

carga horária, formas de avaliação da aprendizagem, unidades trabalhadas, dentre outros;

- Postar vídeos semanais, de preferência de sua autoria, sobre os assuntos pertinentes à disciplina;

- Orientar os professores mediadores/tutores quanto as correções de todas as atividades propostas, enviando aos mesmos o gabarito de correção até no máximo a data do encerramento da atividade;

- Participar ativamente do Fórum de Dúvidas da disciplina;

- Elaborar as avaliações presencias (individual e em grupo), bem como o gabarito de correção;

- Elaborar as avaliações presenciais adaptadas para os educandos de inclusão, seguindo recomendações do NAPNE, bem como o gabarito de correção;

- Encaminhar as avaliações aos coordenadores de polo com 30 (trinta) dias de antecedência à sua aplicação;

- Elaborar avaliações presencias (individual e em grupo) para aqueles educandos que tiveram o requerimento de Segunda Oportunidade deferido, bem como o gabarito de correção;

- Elaborar a avaliação presencial de Exame Final, bem como o gabarito de correção;

- Organizar e participar de pelo menos 1 (uma) videoconferência ou webconferência antes da avaliação presencial;

- Lançar notas no WebGiz em até 10 (dez) dias após o encerramento da disciplina;

- Participar das Reuniões Pedagógicas e Capacitações quando requisitado pela Coordenação de Curso.

13.4 O Coordenador de Plataforma e Tutoria

O curso de Licenciatura em Pedagogia contará com uma Coordenação de Plataforma e Tutoria, que atuará com a Coordenação de Curso e Administrador da Plataforma.

Quanto à tutoria, este profissional norteará o trabalho dos professores mediadores/tutores, e nesse contexto, as atribuições e rotinas desempenhadas

por eles no exercício de suas funções. Mantém o elo entre os professores mediadores/tutores e docentes para que as práticas pedagógicas elaboradas sejam executadas na forma planejada.

Quanto à plataforma, este profissional verificará a alimentação do AVA pelos docentes, de forma a garantir o bom funcionamento da plataforma bem como o cumprimento do estabelecido nos Guias das disciplinas.

13.5 Professor Assistente

Se tratando de formação de professores em cursos EaD, educadores renomados destacam a necessidade de um perfil diferenciado do docente, considerando a especificidade dessa modalidade de ensino. Enquanto espaço diferenciado, o EaD se utiliza de tempos, métodos e espaços diferentes que a modalidade presencial, o que requer dos docentes que atuam nestes cursos uma formação específica e o entendimento que não há como realizar apenas uma transposição do curso presencial utilizando-se das tecnologias da informação e comunicação (TICs).

Esta demanda reforça a necessidade do curso de Licenciatura em Pedagogia EaD contar com o acompanhamento de um profissional capacitado, com experiência administrativa e docente nesta modalidade, que designado como Docente Assistente, terá a atribuição de auxiliar os docentes titulares nas etapas de planejamento e condução das disciplinas, incluindo:

- Apoio técnico junto ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e seus recursos, priorizando as necessidades particulares do processo de ensino e aprendizagem em EaD;
- Definição de estratégias pedagógicas adequadas às diferentes tecnologias utilizadas, incluindo a escolha dos métodos e meios instrucionais estruturados para produção de um aprendizado efetivo;
- Integração adequada das tecnologias da informação e comunicação para aprendizagens significativas, de modo a aproveitá-las de forma competente e ativa; se pautar não apenas no conteúdo curricular do curso, mas também em decisões sobre o suporte ao aluno, acesso e escolha dos meios de aprendizagem;

- Estímulo à atuação docente produtora, conselheira e parceira, à medida que elabora as propostas do curso, acompanha os alunos e constrói, junto aos especialistas em tecnologia, abordagens inovadoras de aprendizagem.

13.6 O Design Instrucional

O curso de Licenciatura em Pedagogia contará com o apoio de um profissional com formação específica em “Design Instrucional”. Este profissional auxiliará os docentes quanto aos recursos disponíveis no AVA, diagramação de material didático e layout do ambiente virtual de aprendizagem.

13.7 A Equipe Multidisciplinar

A Equipe Multidisciplinar do curso de Licenciatura em Pedagogia EaD do IFSULDEMINAS foi instituída em novembro de 2017 em reunião da Coordenação do Curso com o Núcleo Docente Estruturante com o intuito de se adequar ao novo Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância, publicado pelo INEP/MEC.

Composta por profissionais de várias áreas, esta equipe tem a ciência que seu papel junto ao curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade a distância é atuar com responsabilidade quanto a concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais para EaD.

13.8 Os encontros presenciais obrigatórios

Haverá, no mínimo, um encontro presencial obrigatório por disciplina e este ocorrerá no último sábado de cada disciplina. A finalidade deste encontro presencial é proporcionar um momento de atividades avaliativas que correspondam a um trabalho coletivo e a realização da avaliação individual presencial.

Assim, para cada disciplina deverá ocorrer, no mínimo, um encontro presencial para a realização de trabalhos em grupo e avaliação presencial que

será aplicada pelo professor mediador/tutor, portanto, o número de disciplinas será o número de encontros presenciais.

- Aula Inaugural do Curso

Tem o objetivo de apresentar a estrutura do curso e de proporcionar um momento presencial para que os educandos assinem o Termo de Matrícula. Esta aula inaugural também poderá ocorrer por videoconferência e é importante que se faça uma explanação sobre a instituição e o “Educando de EaD”.

14. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, a Resolução nº 2, de 1º de Julho de 2015, prevê no Art. 1º: *princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam* (BRASIL, 2015, p.2).

Com o intuito de garantir aos docentes a formação plena para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e os processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, a Resolução nº 2, de 1º de Julho de 2015, define uma base comum nacional quanto à estrutura e currículo dos cursos de licenciatura, destacando a obrigatoriedade para o cumprimento do Estágio Curricular Supervisionado:

(...) II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

(...) § 6º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico. (BRASIL, 2015, p. 2).

Segundo Tardif (2002, p. 13), os docentes possuem, desenvolvem e adquirem saberes variados, provenientes de suas experiências pessoais e profissionais. Os conhecimentos curriculares adquiridos na universidade, ou seja,

na formação inicial, assim como os didático-pedagógicos que advém da formação profissional são entendidos como cultura pessoal que constituem sua prática pedagógica.

Quanto à formação inicial do docente, o mesmo deve compreender que assumir-se como sujeito também da produção do saber, desenvolvendo a concepção de que ensinar não é apenas transmitir conhecimento, mas articular vários conhecimentos e criar possibilidades para sua produção ou construção constitui um dos saberes indispensáveis para sua prática docente (RAYMUNDO, 1996, p.364).

O Estágio Curricular Supervisionado, constitui um terreno fértil para a construção de saberes que permitirão ao futuro docente estruturar sua prática pedagógica, por meio da articulação de fundamentos teóricos, metodológicos e práticos adquiridos nas disciplinas do curso de licenciatura em pedagogia, assim como, viabilizar a relação próxima do futuro pedagogo com o ambiente que envolve seu cotidiano; assim, *a partir desta experiência os acadêmicos começarão a se compreenderem como futuros docentes, pela primeira vez encarando o desafio de conviver, falar e ouvir, com linguagens e saberes distintos do seu meio, mais acessível à criança.* (PIMENTA, 1997).

Elemento indispensável na formação docente, o estágio supervisionado constitui o currículo do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, modalidade à distância do Instituto Federal do Sul de Minas e é regido pelas Normas de Estágio Curricular Supervisionado oferecido pelo IFSULDEMINAS em consonância com a Lei nº 11.788/08. Este deverá ser realizado junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, obrigatoriamente em instituições de ensino, sob a supervisão de um professor habilitado desta. O educando poderá iniciar suas atividades de estágio a partir do 5º (quinto) período do curso e contará com um Professor Orientador de Estágio (IFSULDEMINAS) e com um docente supervisor definido pela Instituição de Ensino no qual realizará seu estágio.

A carga horária total do estágio supervisionado compreenderá 400 (quatrocentas) horas, sendo estas organizadas entre a Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e a gestão escolar destes e da Educação de Jovens e Adultos – EJA (anos iniciais), Normal de Nível Médio distribuídas entre atividades de orientação, observação, pesquisa e regência, conforme Quadro 01.

Quadro 01. Organização da distribuição de horas de Estágio Curricular

Supervisionado.

HABILITAÇÕES NÍVEIS DE ENSINO	CARGA HORÁRIA TOTAL A SER CUMPRIDA	ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO (HORAS)	ESTÁGIO DE REGÊNCIA (HORAS)
EDUCAÇÃO INFANTIL	140	84	56
ENSINO FUNDAMENTAL I (1º ao 3º anos)	80	48	32
ENSINO FUNDAMENTAL I (4º e 5º anos)	80	48	32
EJA – ANOS INICIAIS NORMAL DE NÍVEL MÉDIO	40	24	16
GESTÃO ESCOLAR	60	60	-
TOTAL	400	264 (60%)	136 (40%)

Caso o acadêmico realize estágio não obrigatório antes do 5º (quinto) período e este não será contabilizado como horas de estágio obrigatório. **O início do Estágio Supervisionado ocorrerá a partir do 5º (quinto) período do curso.**

As atividades vinculadas ao estágio supervisionado devem compreender desde a **observação** nas unidades escolares no que concerne às reuniões pedagógicas e de pais, assim como da prática pedagógica de docentes já atuantes em sala de aula para as devidas problematizações. A análise de planos de ensino, projetos político-pedagógicos, currículos oficiais da educação infantil, ensinos fundamental e médio, resultados das avaliações em larga escala, viabilizaram o entendimento de questões relacionadas à gestão escolar.

Quanto à **regência**, os futuros docentes deverão realizar um trabalho de pesquisa e planejamento, devidamente orientados pelos professores orientadores de estágio, a fim de desenvolver em sala de aula atividades que os permitam vivenciar práticas de ensino inovadoras e que estejam à luz dos fundamentos teórico-metodológicos trabalhados durante o curso de pedagogia (articulação com as disciplinas). Serão levadas em consideração, as horas destinadas à pesquisa e planejamento das aulas que serão ministradas nas diferentes áreas do conhecimento.

O estágio supervisionado será avaliado por meio de fichas de registro contendo itens fundamentais da **observação** em sala de aula ou na instituição de ensino: local de realização do estágio, endereço, telefone, quantidade de horas

realizadas e suas respectivas datas, atividades observadas e assinatura do professor supervisor e do diretor da escola. Quanto à **regência**, será avaliado relatório final contendo: plano de aula, narrativa elaborada a partir da execução da aula, sistematização das impressões do futuro docente quanto a suas observações e regência.

As fichas e relatórios terão seus formatos definidos por meio de um Manual de Estágio padronizado pela Coordenação e pelo Colegiado do Curso.

Vale ressaltar que a **observação** e a **regência** serão realizadas na Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), somadas às questões de análise da gestão escolar, estas por sua vez, devem se estender da Educação Infantil até o Normal de Nível Médio, e EJA (anos iniciais).

A realização do estágio dar-se-á mediante termo de compromisso celebrado entre o acadêmico e a parte concedente, com interveniência obrigatória da Instituição de Ensino. Entende-se por parte concedente, escolas de educação infantil, ensino fundamental ou médio, privadas, municipais ou estaduais. O estágio não gera vínculo empregatício de qualquer natureza.

15. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)/ ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Conforme a Resolução nº 2/2015, para os cursos de formação docente, compreendemos que as atividades acadêmicas, científicas e culturais complementares à formação são aquelas previstas no Núcleo de Estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

[...] a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição; b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos; c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC; d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social (Resolução CNE/CP 02/2015, p. 10).

Dessa forma, tais atividades não se resumem a ações de naturezas didática e acadêmica, envolvendo práticas socioculturais que estejam, de algum

modo, relacionadas à formação do docente. Entende-se que, também no Ensino Superior, os educandos devem estar imersos em atividades que contribuam tanto para sua formação cidadã, quanto para a sua prática profissional, principalmente porque, os docentes a serem formados serão os educadores futuros. As atividades aqui consideradas se revestem, portanto, de singular relevância para a complementação da formação do pedagogo.

Essas atividades, que totalizam 200 horas, são obrigatórias, e podem ser realizadas pelos graduandos durante o período de integralização do curso, devendo ser devidamente comprovadas por meio da apresentação de certificados ou declarações, relatórios, cuja veracidade deverá ser passível de verificação, sendo regidas por Regulamento próprio.

16 PRÁTICAS COMO COMPONENTE CURRICULAR – PCC's

Conforme § 1º, inciso I, do artigo 13º da Resolução CNE/CP nº 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e formação continuada, fica estabelecida a obrigatoriedade da realização de 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curriculare (PCC). Com isso, os cursos de licenciatura devem propiciar atividades práticas e teóricas aos educandos relacionadas ao exercício da docência do futuro docente da educação infantil e do ensino fundamental, além de apresentá-los à vivência de práticas educativas relacionadas a ações cotidianas não escolares.

A referida Resolução aponta ainda que o caráter integrador de conteúdos deve ser adotado em fases iniciais do curso. Deste modo, o curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade EaD, do IFSULDEMINAS, disponibiliza aos educandos 6 (seis) disciplinas de Prática como Componente Curricular (PCC), as quais encontram-se distribuídas ao longo da grade curricular e, ofertadas desde o 1º período do curso. Essas disciplinas totalizam 400 (quatrocentas) horas ao final do curso.

Nas disciplinas de Prática como Componente Curricular (PCC), cabe aos educandos de Licenciatura em Pedagogia, a partir da integração dos conhecimentos obtidos ao longo do semestre letivo, a elaboração de material(is) - técnico, científico, didático e pedagógico - relacionado aos conteúdos de Pedagogia ministrados. Cabe também aos educandos a confecção de Projetos

e/ou Portfólios relativos às ações e atividades realizadas pelos educandos durante o desenvolvimento das disciplinas de PCCs. Neste caso, o portfólio corresponde à produção de documentação descritiva das atividades planejadas e executadas pelos educandos de Pedagogia ao longo da disciplina de PCC, contendo registro textual e fotográfico.

Os educandos poderão ser divididos em grupos para planejamento, execução, implantação, avaliação e apresentação das atividades desenvolvidas ao longo das disciplinas de Prática como Componente Curricular (PCC). Isso incrementará a capacidade dos educandos quanto às práticas frequentes e comuns à profissão de docente, em que a execução de tarefas e ações constitua-se em trabalho em equipe.

O material produzido pelos educandos e que auxiliará o registro das ações e atividades implementadas pelos educandos para cumprimento das disciplinas de PCC's poderá ser constituído por:

- Criação de material de áudio, visual ou audiovisual relacionado à área da Educação;
- Proposição, execução e avaliação de atividades lúdicas voltadas para práticas educacionais;
- Planejamento e criação de projetos associados à área de Educação, envolvendo os níveis de ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental;
- Planejamento, criação, organização e desenvolvimento de campanhas destinadas à sensibilização da comunidade quanto a assuntos atrelados à Educação;
- Planejamento, criação, organização e desenvolvimento de campanhas de integração escola-comunidade.

A PCC, em cada uma das disciplinas que a abrigará, será uma reflexão sobre o conteúdo de Pedagogia que está sendo aprendido pelo educando e que será ensinado por este quando de sua atuação profissional como docente. As atividades são desenvolvidas no ambiente educativo, futuro campo de atuação do profissional, e servem como oportunidade para o confronto entre a teoria e a prática, com vistas à investigação científica. Tais atividades respeitam os níveis de assimilação, o que depende das condições teórico-metodológicas do educando.

A inserção da prática como componente curricular objetiva associá-la à dimensão do conhecimento por meio da reflexão sobre a atuação profissional e permite ainda a articulação entre as demais disciplinas, não se restringindo apenas ao estágio, e tendo como finalidade a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar. Fica a cargo das PCCs estabelecer mecanismos de promoção da interdisciplinaridade no curso.

Ao final da disciplina os educandos estarão aptos (aprovado) ou inaptos (reprovado). O não cumprimento das 400 horas associadas às disciplinas de Prática como Componente Curricular (PCC) implicará na reprovação e suspensão da emissão do diploma.

17. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Luckesi (1999) enfatiza que a avaliação deve ser compreendida como um processo contínuo, sistemático de acompanhamento e julgamento dos resultados do ensino e aprendizagem, contemplando as modalidades de Avaliação Diagnóstica, Avaliação Formativa e Avaliação Somativa. A partir dessa fundamentação, o NDE definiu a avaliação da aprendizagem no curso de Pedagogia de forma processual com caráter diagnóstico e formativo, envolvendo docentes, professores mediadores/tutores e educandos. Para atender esse processo avaliativo, a avaliação prioriza diversos instrumentos que buscam contemplar os limites definidos em normas internas e externas ao IFSULDEMINAS, estando em conformidade com o Decreto 9.057/2017 que regulamenta o Art. 80 da LDB nº 9394/96.

Quanto aos critérios de promoção ao discente, estes estão regulamentados pela Resolução CONSUP 069/2017 e seguirão a regulamentação institucional em vigor.

No curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade EaD, do IFSULDEMINAS a avaliação do desempenho do educando para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante:

I. cumprimento das atividades programadas nos Polos de Apoio Presencial e Ambiente Virtual de Aprendizagem;

II. realização de exames presenciais.

III. Mais de cinquenta por cento da nota semestral dos componentes curriculares devem ser distribuídas em duas atividades avaliativas presenciais, em um mesmo dia, sendo uma atividade coletiva de consulta e pesquisa e outra avaliação individual.

IV. O educando terá direito a avaliação presencial em primeira chamada e uma segunda oportunidade.

V. O educando terá direito ao Exame Final presencial, em caráter individual.

Ao educando será permitido requerer ao Polo de Apoio Presencial uma segunda oportunidade de avaliação, até 7 (sete) dias úteis após cessado o impedimento, quando por motivo justificável não tenha comparecido a primeira oportunidade.

Não haverá nova oportunidade para realização de nova avaliação no caso de perda da segunda oportunidade. A justificativa de falta somente será efetivada com a entrega do documento que comprove a ocorrência do fato na secretaria do polo, no prazo de 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da avaliação.

É importante mencionar que a avaliação dos educandos com necessidades específicas será acompanhada pelo NAPNE e equipe multidisciplinar do campus, que direcionará as ações de inclusão no processo educacional. A exemplo, são realizadas adaptações de avaliações, ampliação de tempo para realização de atividades no AVA, aplicação individualizada de avaliações presenciais individuais, bem como acompanhamento individualizado de tutores no polo de apoio presencial. Assim, evidencia-se o olhar cuidadoso da gestão e dos docentes (conteudistas e tutores) para promover a inclusão no curso.

17.1 Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação

De acordo com o aproveitamento dos educandos em cada disciplina do curso, será considerado:

- I) **APROVADO**, o educando que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis) pontos.
- II) Terá direito ao **EXAME FINAL** da disciplina o educando que obtiver Média da Disciplina (MD) igual ou superior a 4,0 e inferior a 6,0. Após

o exame final, será considerado aprovado o educando que obtiver nota final (NF) maior ou igual a 6,0. A média final da disciplina após o exame final será calculada de acordo com a seguinte fórmula.

$$NF = \frac{MD + 2 \times EF}{3}$$

A nota final (NF) corresponderá à média ponderada do valor de sua média da disciplina (MD), peso 1, mais o valor do exame final (EF), peso 2, sendo essa soma dividida por 3.

A avaliação de exame final será presencial, em caráter individual e poderá abordar todo o conteúdo contemplado na disciplina. O exame final terá o valor de 10 (dez) pontos (WebGiz), correspondente a 100 pontos no AVA.

III) REPROVADO, o educando em que a nota final for inferior a 6,0 (seis) pontos.

Segundo a Resolução nº 118/2016 de 15 de dezembro de 2016, no Capítulo III - Dos direitos do corpo discente, Art. 5º, item XII, fica estabelecido que as justificativas de ausências, mediante apresentação de documentação comprobatória, devem ser apresentadas até 48 horas, contadas a partir do término do evento, ou seja, da data da prova de Exame Final.

17.2 Avaliação da Aprendizagem de Forma Presencial

As **avaliações presenciais** deverão ocorrer no último sábado de cada disciplina. Utilizar-se-á, pelo menos, dois instrumentos de avaliação que contemplem duas ou mais formas de avaliação, sendo:

1) Avaliação em Grupo (20% da nota total da disciplina): a ser realizada no primeiro momento do encontro presencial. Deverá ser aplicada uma avaliação de caráter formativo objetivando aferir a aprendizagem do estudante durante a realização do trabalho proposto em aula, bem como uma avaliação comparativa, a ser utilizada para averiguar se os discentes se apropriaram do conteúdo em estudo. Tais atividades avaliativas deverão privilegiar o protagonismo discente

com vistas ao pleno desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à sua futura atuação docente e pedagógica de modo mais abrangente. Ao término de cada atividade o tutor deverá apresentar um feedback com os apontamentos relacionados à aprendizagem do grupo como um todo e a cada discente especificamente. Posteriormente, esta ação deverá ser registrada no AVA. As ações concernentes à avaliação em grupo serão acompanhadas também pela coordenação de tutoria, com vistas a potencializar a aprendizagem construída na interação que ocorre no encontro presencial, e que é aportada nos conhecimentos construídos no decorrer de cada disciplina. Trata-se de um momento de aprendizagem também para a equipe de tutoria que pode, além de participar deste processo aplicando as avaliações, aprender com seus pares.

2) Avaliação Individual (40% da nota total da disciplina): esta deverá conter obrigatoriamente questões dissertativas e objetivas. Trata-se de uma avaliação somativa, com caráter quantitativo na qual seu objetivo é coletar dados que permitam ao docente/tutor avaliar quantos e quais conteúdos foram aprendidos de modo geral ao término da disciplina por meio do registro escrito. Esta atividade também deverá contemplar a avaliação da capacidade de desempenho em um nível prescrito deste estudante, por assim ser, promoverá a proficiência das habilidades relacionadas à escrita acadêmica. Os feedbacks desta avaliação deverão ser realizados individualmente e postados na plataforma com a descrição e explicação de cada item avaliado, o que permitirá abordagem da avaliação mediadora, que dialoga com o processo da construção do conhecimento.

17.3 Avaliação da Aprendizagem pelo AVA

As **avaliações realizadas no AVA** correspondem a quarenta por cento (40%) do valor total da nota da disciplina, sendo trinta e cinco por cento (35%) para as atividades *online* e cinco por cento (5%) para uma autoavaliação (do educando, da disciplina, do professor, do tutor, das atividades avaliativas).

No planejamento das atividades online explorar-se-á ao máximo os diferentes recursos disponíveis no AVA (Fórum, V ou F, Múltipla Escolha, Tarefa, Palavra Cruzada, Wiki), bem como solicitará trabalhos, fichas de observações, relatórios dentre outros. Entende-se que a utilização repetida e exclusiva de um

mesmo tipo de instrumento não permite ver o indivíduo sob todos os ângulos, induzindo a erros graves. Neste sentido, a diversificação de atividades avaliativas não prejudica aqueles alunos que desenvolvem melhor competências ligadas a determinados tipos de instrumentos, que poderiam não ser contemplados pelo docente.

A dosagem na utilização e diversificação de técnicas e instrumentos de avaliação será constantemente aprimorada pela equipe pedagógica que compreende não apenas o professor responsável pelo conteúdo, mas principalmente a equipe de tutoria que acompanha presencialmente e também virtualmente cada discente. Os feedbacks destas atividades serão postados individualmente no AVA pela equipe de tutoria, com a identificação e explicação dos itens avaliados (aprender com os erros), o que permitirá abordagem da avaliação mediadora, que dialoga com o processo da construção do conhecimento.

18. TERMINALIDADE ESPECÍFICA E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Conforme Resolução CONSUP nº 102/2013, que define as diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS, têm-se:

18.1 Terminalidade Específica

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 02/2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação Especial - DNEE, a terminalidade específica

[...] é uma certificação de conclusão de escolaridade – fundamentada em avaliação pedagógica – com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as habilidades e competências atingidas pelos educandos com grave deficiência mental ou múltipla.

A terminalidade específica é, então, um recurso possível aos educandos com necessidades especiais, devendo constar do regimento e do projeto pedagógico institucional. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) acrescentam que, após a educação infantil, a escolarização do educando com necessidades educacionais especiais deve processar-se nas mesmas etapas e modalidades de educação e ensino que os

demais educandos, ou seja, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação profissional, na educação de jovens e adultos, e na educação superior. Essa educação deve ser suplementada e complementada, quando necessário, por meio dos serviços de apoio pedagógico especializado.

Segundo o Parecer MEC/SEESP/DPEE nº 14/2009,

O direito de educandos obterem histórico escolar descritivo de suas habilidades e competências, independente da conclusão do ensino fundamental, médio ou superior, já constitui um fato rotineiro nas escolas, não havendo necessidade de explicitá-lo em Lei (MEC/SEESP/DPEE, 2009).

Desta forma, as escolas devem buscar alternativas em todos os níveis de ensino que possibilitem aos educandos com deficiência mental grave ou múltipla o desenvolvimento de suas capacidades, habilidades e competências, sendo a certificação específica de escolaridade uma destas alternativas. Essa certificação não deve servir como uma limitação, ao contrário, deve abrir novas possibilidades para que o educando tenha acesso a todos os níveis de ensino possíveis, incluindo a educação profissional e a educação de jovens e adultos, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho.

A mesma legislação (Resolução CNE/CEB nº 02/2001) prevê que as escolas da rede de educação profissional poderão avaliar e certificar competências laborais de pessoas com necessidades especiais não matriculadas em seus cursos, encaminhando-as, a partir deste procedimento, para o mundo do trabalho. Assim, essas pessoas poderão se beneficiar, qualificando-se para o exercício de funções. Cabe aos sistemas de ensino assegurar, inclusive, condições adequadas para aquelas pessoas com dificuldades de inserção no mundo do trabalho, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora.

A terminalidade específica, bem como as demais certificações das competências laborais de pessoas com necessidades especiais, configura-se como um direito e uma possibilidade de inserção deste público no mundo do trabalho, com vistas a sua autonomia e a sua inserção produtiva e cidadã na vida em sociedade.

18.2 Flexibilização Curricular

As adaptações curriculares devem acontecer no nível do projeto pedagógico e focalizar principalmente a organização escolar e os serviços de apoio. As adaptações podem ser divididas em:

1. Adaptação de objetivos: estas adaptações se referem a ajustes que o docente deve fazer nos objetivos pedagógicos constantes do seu plano de ensino, de forma a adequá-los às características e condições do educando com necessidades educacionais especiais. O docente poderá também acrescentar objetivos complementares aos objetivos postos para o grupo.

2. Adaptação de conteúdo: os tipos de adaptação de conteúdo podem englobar a priorização de áreas ou unidades de conteúdo, a reformulação das sequências de conteúdo ou, ainda, a eliminação de conteúdos secundários, acompanhando as adaptações propostas para os objetivos educacionais.

3. Adaptação de métodos de ensino e da organização didática: modificar os procedimentos de ensino, tanto introduzindo atividades alternativas às previstas, como introduzindo atividades complementares àquelas originalmente planejadas para obter a resposta efetiva às necessidades educacionais especiais do educando. Modificar o nível de complexidade delas, apresentando-as passo a passo. Eliminar componentes ou dividir a cadeia em passos menores, com menor dificuldade entre um passo e outro.

4. Adaptação de materiais utilizados: são vários recursos – didáticos, pedagógicos, desportivos, de comunicação - que podem ser úteis para atender às necessidades especiais de diversos tipos de deficiência, seja ela permanente ou temporária.

5. Adaptação na temporalidade do processo de ensino e aprendizagem: o docente pode organizar o tempo das atividades propostas para o educando, levando-se em conta tanto o aumento como a diminuição do tempo previsto para o trato de determinados objetivos e os seus conteúdos.

18.3 Avaliação Inclusiva

O fazer docente se objetiva na relação ensino-aprendizagem que permeia a relação docente-educando, constituindo a base de qualquer instituição escolar. É preciso enfatizar que tal fazer não se concretiza em um grau maior de importância, é um fazer que parte de uma concepção de relação horizontal com os educandos não podendo haver uma valorização maior tanto de um como de outro.

Dentre as ações que compõem o fazer docente encontra-se a avaliação, com o objetivo de refletir sobre o processo ensino-aprendizagem. O importante, porém, mais do que o instrumento em si, é o referencial teórico que direciona o fazer docente e esclarece a intencionalidade com que esse instrumento é utilizado. Na avaliação classificatória o resultado é tido como verdadeiro e imutável. Assim, o papel político pedagógico da nota legitima o fracasso devido ao caráter de terminalidade da prova, o que dificulta a superação e o crescimento, estereotipando o educando.

A avaliação em uma perspectiva inclusiva e democrática deve considerar a aprendizagem não a partir dos mínimos possíveis, mas sim, a partir dos mínimos necessários, possibilitando o acompanhamento do desenvolvimento do processo ensino aprendizagem, propiciando reflexão tanto da eficácia do fazer docente diante da especificidade deste educando, quanto do progresso no desempenho deste educando.

Para Luckesi (2004), o ato de avaliar a aprendizagem implica em acompanhamento e reorientação permanente da aprendizagem. Ela se realiza através de um ato rigoroso e diagnóstico, tendo em vista a obtenção dos melhores resultados possíveis, frente aos objetivos que se pretendem alcançar.

Como expõe Luckesi (2004), avaliar, na perspectiva inclusiva, significa subsidiar a construção do melhor resultado possível e não pura e simplesmente aprovar ou reprovar algo. A realização de avaliação diagnóstica é extremamente pertinente à realidade do ensino técnico/tecnológico para identificação dos conhecimentos, experiências e saberes resultantes da trajetória pessoal e de vida. Essa avaliação permite também a identificação de insuficiências formativas. Sua utilização pode orientar o educando na complementação e/ou prosseguimento dos estudos e no exercício profissional.

Para se realizar uma avaliação inclusiva faz-se necessário considerar alguns pressupostos, entre eles:

- Disponibilidade do docente em fazer da avaliação mais um momento de aprendizagem;
- Estabelecimento de um ambiente de confiança;
- Esclarecimento aos educandos do que se espera da avaliação;
- Previsão de tempo adequado para resolução das atividades avaliativas;
- Atribuição de valores às questões, conforme a singularidade das necessidades especiais;
- Consideração do processo de resolução, do raciocínio;
- Utilização de enunciados sucintos, elaborados com objetividade e clareza, com apoio de figuras que auxiliem na interpretação da questão, quando a deficiência for intelectual;
- Adequação do ambiente e dos instrumentos necessários para realização da atividade avaliativa, quando a deficiência for física ou sensorial;
- Comunicação dos resultados o mais rápido possível objetivando discriminar as necessidades o quanto antes;
- Valorização das habilidades em detrimento das limitações.

Ressalta-se que o processo de avaliação dependerá de conhecimento sobre especificidade de cada caso, considerando a trajetória do sujeito para promover, o melhor possível, o seu desenvolvimento integral. Os objetivos não atingidos pelos educandos deverão ser retomados em sala de aula. Deve-se considerar que também, na perspectiva inclusiva, os resultados advindos da utilização de instrumentos avaliativos, são provisórios e não definitivos. O que o educando demonstrou não conhecer em um momento, poderá vir a conhecer em outro, superando, inclusive, o determinismo de um prognóstico preestabelecido.

19. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso será realizada pelo Coordenador juntamente com o Colegiado de Curso e com Núcleo Docente Estruturante - NDE, e estes órgãos colegiados deverão organizar espaços de

discussão e acompanhamento do processo didático-pedagógico do curso, por meio de reuniões e levantamentos semestrais que permitirão observar, além da produção dos docentes, o investimento realizado no sentido da socialização de pesquisas em diferentes espaços da comunidade e o desempenho dos educandos.

Além da atuação do Colegiado de Curso, no qual existe a representação discente, e do NDE, conta-se, ainda, com a Avaliação Institucional que tem como objetivo geral promover a qualidade da oferta dos cursos do IFSULDEMINAS, sendo constituída pela autoavaliação, sob responsabilidade da Comissão Permanente de Avaliação – CPA. Essa comissão é composta por representantes da comunidade externa ao Instituto, do corpo técnico-administrativo, e por representantes educandos e docentes. Para avaliação, adota método participativo da comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, utilizando-se diferentes instrumentos, como o uso de questionários validados previamente e, também, por meio de reuniões pedagógicas com educandos e docentes, e avalia as seguintes dimensões: projeto pedagógico do curso (condições de oferta do curso), estrutura física, corpo docente e educando, corpo técnico administrativo.

As avaliações são realizadas por toda a comunidade acadêmica e ocorrem no início de cada semestre, sempre referente ao semestre anterior cursado. Decorrido o processo de avaliação, os resultados são tabulados e analisados estatística e qualitativamente pelos membros da CPA para divulgação e propostas de melhoria.

Além da autoavaliação institucional conduzida pela CPA, ocorre também, periodicamente, a avaliação externa do curso instituída pela Lei nº 10.861/2004, que institui o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sistema e-MEC). Essa avaliação externa é constituída por uma análise *in loco* realizada por especialistas da área, que se utilizam de um Instrumento de Avaliação dos Cursos Superiores.

Outra forma de avaliação corresponde ao ENADE (Exame Nacional de Desempenho do Educando), que permite o reconhecimento ou credenciamento do curso avaliado. Esse instrumento avalia o desempenho dos educandos do Ensino Superior por meio da aplicação de um exame de conhecimentos adquiridos, e integra o Sistema Nacional de Avaliação do Curso Superior

(SINAES). Tem como objetivo acompanhar o processo de aprendizagem e o rendimento dos educandos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, às habilidades e competências desenvolvidas.

De acordo com a Lei nº 10.861/2004, Art. 5º, § 5º: o ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação. Por isso, os educandos selecionados pelo INEP para participarem do ENADE deverão comparecer e realizar, obrigatoriamente, o Exame, como condição indispensável para sua colação de grau e emissão de histórico escolar. São avaliados pelo Exame todos os educandos do primeiro ano do curso, como Ingressantes, e do último ano do curso, como Concluintes.

Ingressantes são todos aqueles que, até uma determinada data estipulada a cada ano pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tiverem concluído entre 7% e 22% da carga horária mínima do currículo do curso. Já, os concluintes são todos os educandos que integralizaram pelo menos 80% da carga horária mínima do currículo do respectivo curso, até uma determinada data estipulada pelo INEP a cada ano, ou ainda, os que tenham condições acadêmicas de conclusão do curso durante o referido ano letivo.

A partir dos resultados oriundos do conjunto de avaliações exposto acima, são implantadas, no âmbito do curso, ações acadêmico-administrativas que objetivam tanto o aperfeiçoamento da formação educando como o incremento da estrutura institucional. Os resultados dessas avaliações são divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de reuniões, endereços eletrônicos das IES e confecção de documentos informativos. Tais resultados exibem as informações coletadas ao longo do processo avaliativo, assim como as ações planejadas e propostas para melhoria das condições de oferta do curso e das demais dimensões avaliadas, sendo uma ferramenta importante para identificar forças e fragilidades.

A partir das informações disponibilizadas, os diferentes setores e atores envolvidos passam a traçar propostas juntamente ao NDE, objetivando a correção de rumos que assegurem a melhoria na qualidade do processo ensino-aprendizagem.

20. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

Com o intuito de promover a articulação entre os fundamentos teórico-metodológicos e a prática educacional, o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC viabilizará a iniciação à pesquisa e investigação educacionais dos futuros docentes, por meio da problematização da prática docente, visto que ao escrever; levantar temas; elaborar hipóteses, comprovando-as ou refutando-as; observar e intervir sobre a realidade, o futuro docente pedagogo constituirá o seu processo de desenvolvimento profissional reflexivo para futuras tomadas de decisões.

Serão contempladas como Trabalho de Conclusão de Curso os formatos de relato de experiência, resumo expandido, trabalho completo ou artigo científico, representando as discussões realizadas sobre as situações expostas e a mobilização dos conceitos trabalhados ao longo dos vários componentes curriculares do curso.

O TCC será realizado individualmente, duplas ou trios. A orientação para o desenvolvimento do TCC será realizada na tríade - material didático autoinstrucional, professor mediador/tutor e professor da disciplina, podendo também se desdobrar para o professor da disciplina em que o projeto e vivência estejam sendo contempladas.

O Trabalho de Conclusão de Curso será elaborado no sétimo e oitavo períodos, durante o desenvolvimento das disciplinas Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso I e Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso II, respectivamente.

A defesa do TCC, resultado da experiência prática vivenciada durante o Curso de Licenciatura em Pedagogia EaD, será realizada em formato de pôster em evento público no polo de apoio presencial com a presença de uma Banca. A composição da banca será de dois professores mediadores/tutores e um docente convidado. Esta banca julgará os quesitos: trabalho escrito; apresentação pública (tempo, segurança, referencial teórico, relevância da prática e clareza) e domínio do conteúdo.

A banca emitirá um dos seguintes conceitos finais: Suficiente (S) ou Insuficiente (I). Para os casos de reprovações, a banca emitirá um parecer sobre os procedimentos a serem realizados pelo educando para nova investidura no

pleito: reordenação e revisão do projeto conforme as observações propostas; ou elaboração de novo projeto e apresentação em período posterior.

Poderá ser concedida a convalidação de produção de pesquisa educacional aprovada e apresentada em eventos externos, tais como Congressos, Simpósios, Encontros, entre outros como Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, seguindo normas a serem definidas em Regulamento próprio. Os artigos científicos submetidos à publicação em periódicos e revistas somente poderão ser convalidados após aprovação da publicação.

21. APOIO AO EDUCANDO

Ao pensar em ações de acolhimento e permanência, discorreremos sobre a Aula Inaugural, primeiro encontro presencial do curso de Pedagogia EaD do IFSULDEMINAS, onde os educandos serão recepcionados em cerimônia pela equipe gestora das atividades de ensino, de pesquisa e extensão do Instituto. Neste encontro, serão apresentados aos tutores, docentes e coordenação de curso, informados sobre o cotidiano acadêmico, oportunidades, desafios e responsabilidades, além de características gerais do curso e o perfil do egresso que os qualificará profissionalmente. Receberão instruções de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), e uma pasta contendo a impressão da matriz curricular do curso com os docentes vinculados às disciplinas, e o Cronograma de Atividades das Disciplinas constando as datas de avaliações e webconferências a ocorrer no primeiro período do curso.

Após a cerimônia, serão convidados a realizar um tour pelo AVA nos Laboratórios de Informática, onde serão recepcionados pelos professores mediadores/tutores que acompanham e orientam o acesso na plataforma mediante login e senha. Nessa oportunidade, os calouros serão conduzidos a acessar a Área do Aluno – que contém materiais instrucionais e orientadores, e a disciplina Educação Aberta e a Distância, identificando a localização dos materiais didáticos, atividades avaliativas e fórum de dúvidas. Essa iniciativa é fundamental principalmente para aqueles alunos que, mesmo recebendo via e-mail vídeo tutorial para o primeiro acesso, ainda apresentam dificuldades.

Nos dias que seguem, fase inicial delicada, os tutores ficarão atentos a qualquer demanda específica como, por exemplo: marcar atendimentos

individualizados no polo e fazer contato via telefone. No decorrer do curso, apesar do aluno adquirir segurança, o atendimento e o monitoramento da assiduidade do aluno no AVA continua a ser realizado. Ao identificar a ausência de estudantes na plataforma e/ou envio de atividade, os tutores deverão intervir pontualmente (mensagens no AVA, ligações telefônica, WhatsApp) e através do diálogo com o estudante, realizar as intervenções pedagógicas necessárias.

Com foco na acessibilidade e na equidade do aprendizado dos educandos, sempre que necessário, os tutores também deverão realizar chats e webconferências, sanando dúvidas sobre conteúdos e recursos da plataforma, além de realizarem doze horas semanais de atendimento no polo de apoio presencial. Acredita-se que os feedbacks frequentes dos tutores aos estudantes possibilitarão um clima de afetividade entre ambos, tornando-os mais próximos e companheiros. Esse vínculo, permeado pela atenção e carinho (de ambas as partes) se refletirá na aprendizagem que se tornará mais prazerosa. Tais ações supracitadas resultarão em práticas exitosas e inovadoras visto que no plano afetivo o aluno se sentirá seguro em seu processo de aprendizado, dando espaço a interação e a colaboração.

No plano Institucional, cada um dos campi-polo possui uma Coordenadoria Geral de Assistência ao Educando - CGAE, setor diretamente ligado ao educando que por meio de uma Equipe Multidisciplinar promove a orientação educacional para assuntos didáticos, pedagógicos, socioeconômicos e emocionais. Tem como objetivo intervir positivamente na formação dos educandos da instituição e proporcionar-lhes ambiente e condições adequadas ao seu processo de aprendizagem; coordenar, acompanhar, e avaliar o atendimento aos educandos, bem como orientar aqueles que apresentam problemas que interferem no seu desempenho acadêmico e no cumprimento das normas disciplinares da instituição.

Adicionalmente, o IFSULDEMINAS oferece oportunidades de apoio financeiro aos educandos via participação em processos seletivos como: bolsas nas modalidades “estágio” e “monitoria”, assistência estudantil, projetos de pesquisa financiados por órgãos de fomento e projetos de extensão com bolsas. A Política de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS é composta pelos seguintes programas: Programa de Assistência à Saúde; Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais; Programa

de Acompanhamento do Serviço Social; Programa Auxílio Estudantil (modalidade moradia, alimentação, transporte, material didático e auxílio creche); Auxílio para Visitas Técnicas; Programa Mobilidade Estudantil - Nacional e Internacional; Programa de Acompanhamento Psicológico; Programa de Acompanhamento Pedagógico; Programa de Incentivo ao Esporte, Lazer e Cultura; Programa de Inclusão Digital. As ações desenvolvidas no âmbito desses programas estão explicitadas na Resolução CONSUP nº 101/2013, que dispõe sobre a aprovação das Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS e suas formas de implementação. A Resolução CONSUP nº 012/2013, dispõe sobre o Regulamento do Programa de Monitoria de Ensino.

Destaca-se, ainda, o atendimento às pessoas com deficiência ou com transtornos globais, no qual o IFSULDEMINAS conta com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais - NAPNE (equipes nos *campi*), sendo este, em parceria com o corpo docente e demais setores institucionais, os responsáveis pela garantia de acesso e permanência dos educandos com necessidades especiais no espaço educacional da IES. Na perspectiva da educação inclusiva, o Núcleo tem desenvolvido ações em conformidade com o Decreto Federal nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. A exemplo de atuações assistidas: gestantes; educandos acidentados; deficientes físicos; educandos com problemas de visão, audição e fala; vítimas de preconceito racial ou de orientação sexual. Neste sentido, com o intuito de facilitar a aprendizagem do aluno que apresenta algum tipo de deficiência visual ou auditiva, o AVA do curso de Pedagogia conta com algumas ferramentas para intervenção, caso necessário: 1. Ferramenta de acessibilidade que aumenta ou diminui o tamanho e também a cor da fonte; 2. Link ao DosVox, sistema que realiza a comunicação com o deficiente visual através da síntese da voz em português ou outro idioma.

Além do exposto, durante o período de formação no curso de Pedagogia, o acadêmico que desejar realizar Estágio Não Obrigatório Remunerado será acompanhado e orientado pelo SIEC - Seção de Integração Escola Comunidade, possibilitando ao mesmo ampliar seu aprendizado, integrar-se ao mundo do trabalho, buscar oportunidade profissional para desenvolver a prática profissional nos conhecimentos construídos no decorrer do curso.

Nos planos de acessibilidade, o IFSULDEMINAS prevê nos seus regulamentos:

Acessibilidade arquitetônica – condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Acessibilidade atitudinal – refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

Acessibilidade pedagógica – ausência de barreiras nos métodos e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente. A forma como os docentes concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinará, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Acessibilidade nas comunicações – eliminação de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos em Braille, grafia ampliada, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade digital – direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

21.1 Atendimento a pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/96), Art. 59, os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais, “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as suas necessidades”. Cabe às instituições educacionais prover os recursos necessários ao desenvolvimento dos educandos com necessidades educacionais específicas, garantindo aos mesmos o acesso, a permanência e a conclusão com êxito no processo educacional.

Conforme PDI 2014-2018 do IFSULDEMINAS, os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais analisam os laudos médicos quando apresentados e, no caso de ingresso do candidato, encaminham as providências para que os novos educandos tenham pleno acesso aos serviços pedagógicos.

Os *campi* contam com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), instituído pela Resolução CONSUP nº 030/2012, órgão responsável por assessorar e acompanhar as ações no âmbito da Educação Inclusiva, tendo as seguintes competências:

- I. Refletir e promover a cultura da inclusão no âmbito do IFSULDEMINAS por meio de projetos, assessorias e ações educacionais, contribuindo para as políticas e ações inclusivas nas esferas municipal, estadual e federal;
- II. Implantar e implementar políticas de acesso, permanência e conclusão do processo educacional com êxito, respeitando as especificidades do educando, em articulação com os poderes públicos e sociedade civil;
- III. Assegurar ao educando com necessidades especiais o espaço de participação, de modo que, em seu percurso formativo, adquira conhecimentos e também valores sociais consistentes que o levem a atuar na sociedade de forma autônoma e crítica;
- IV. Propiciar o envolvimento da família do educando com necessidades especiais nas ações inclusivas, visando sua participação no processo educacional e inserção do educando no mundo do trabalho;
- V. Zelar para que, na elaboração de documentos institucionais, seja contemplada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no ensino regular;
- VI. Promover eventos que envolvam a sensibilização e capacitação da comunidade escolar e sociedade civil;
- VII. Captar e gerir os recursos financeiros disponibilizados pelo poder público e iniciativa privada, definindo prioridades de ações e aquisição de equipamentos, softwares, materiais didático-pedagógicos e materiais para a Sala de Recursos Multifuncionais;
- VIII. Sugerir a contratação de profissionais especializados para atuarem junto aos educandos com necessidades especiais, possibilitando a estruturação dos Núcleos de Acessibilidade;

IX. Fazer cumprir a organização curricular diferenciada, bem como a adequação de métodos, técnicas, recursos educativos e demais especificidades pedagógicas que se fizerem necessárias;

X. Incentivar projetos de pesquisa e projetos de extensão na área da Educação Inclusiva.

PARÁGRAFO ÚNICO: Entende-se por Núcleo de Acessibilidade aquele composto por profissionais, não necessariamente que compõem o NAPNE, que auxiliarão diretamente os educandos com necessidades especiais.

Assim, objetiva-se garantir o que determina a legislação em vigor - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), Decreto 7.611/2011, Resolução nº 04/2009 e Decreto nº 5.626/2005, as quais devem ser observadas por todos os envolvidos no processo educativo.

Os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que ingressarem no Curso de Licenciatura em Pedagogia poderão ser acompanhados pelo NAPNE, com apoio dos setores de Assistência ao Educando e Pedagógico, docentes, familiares e demais integrantes da comunidade escolar, que fará uma primeira avaliação dos mesmos, encaminhando-os se necessário a profissionais da área da saúde, bem como, acompanhando-os em seu processo educativo, a fim de garantir a permanência e a conclusão do curso com êxito, dentro de suas possibilidades, auxiliar sua inserção no mercado de trabalho e, sobretudo, assegurar o cumprimento da legislação nacional e das Políticas de Inclusão do IFSULDEMINAS.

22. MATERIAL DIDÁTICO

O material didático disponibilizado ao educando será elaborado/selecionado pelo docente responsável pela disciplina e deverá contemplar a ementa da mesma, considerando as referências previstas na ementa que podem ser acessadas pelo aluno na Biblioteca virtual da instituição ou nas bibliotecas dos polos de apoio presencial, bem como demais obras complementares dispostas na ementa. Referido material constituir-se-á de

gravações feitas pelo docente, transmissões simultâneas estabelecidas entre docente e educando que poderão ser gravadas e disponibilizadas e, ainda, obrigatoriamente, por material digital no formato de apostila.

Para a gravação do material audiovisual - videoaulas, os docentes contarão com um estúdio profissional de gravação disponível no Centro de Educação a Distância – CEAD, no campus Muzambinho e outro na sede da Reitoria, em Pouso Alegre. Essas videoaulas deverão ser planejadas de forma a garantir a dialogicidade com o educando, por meio do qual o docente explica, instiga, indaga, exemplifica e resume o conteúdo, objetivando garantir o aprendizado de forma didática. No curso de Pedagogia EaD do IFSULDEMINAS as videoaulas serão consideradas material didático obrigatório, dispostas semanalmente no AVA, juntamente com o material digital em texto.

Quanto à elaboração do material digital em formato de apostila, os docentes do curso deverão priorizar a seleção de materiais disponibilizados pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), uma vez que estes fazem uso de linguagem dialógica, permitindo por meio do texto uma conversa indireta entre professor/aluno. Neste sentido, a Coordenação do Curso deverá encaminhar aos docentes das disciplinas os *downloads* dos materiais produzidos e utilizados nos cursos de Licenciatura em Pedagogia UAB da UFSCar e da UFPR, a fim de que sejam apreciados pelo docente.

Ao mesmo tempo, se preconiza a existência de outros materiais de domínio público que poderão ser consultados pela internet no Portal EDUCAPES (educapes.capes.gov.br), por meio do qual se disponibiliza materiais diversos elaborados em cursos UAB - licenciados sob licenças abertas. Contudo, quando o material disponível não contemplar a ementa da disciplina, os docentes do curso poderão optar por incluir no material apostilado textos elaborados por eles e/ou recortes de outras obras (até 30%), além de webgrafia com textos e artigos de repositórios de domínio público disponibilizados na internet. Assim, o material didático possibilitará desenvolver a formação definida neste projeto pedagógico, considerando sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica, sua acessibilidade metodológica e instrumental e a adequação da bibliografia às exigências da formação.

A preocupação com a linguagem inclusiva e acessível, além de recursos comprovadamente inovadores, deverá ser constante. A exemplo, podemos citar

os materiais em linguagem dialógica e a disponibilização na plataforma de programas específicos para atenderem essa demanda, caso do aplicativo DosVox que transforma texto em áudio e pode converter arquivos em PDF, no formato Word e TXT simples para MP3, permitindo que o aluno ouça quaisquer documentos, anotações ou livros.

O trabalho desenvolvido pela Equipe Multidisciplinar do curso, responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e dos recursos educacionais para a educação a distância também merece destaque nesse quesito: material didático, uma vez que executa uma ação voltada à conscientização dos docentes quanto à qualidade dos materiais áudio visuais e apostilados, promovendo sempre uma evolução dos materiais didáticos.

23. ÓRGÃOS COLEGIADOS

23.1. Núcleo Docente Estruturante - NDE

A Resolução CONSUP Nº 107/2014, posteriormente atualizada para a Resolução CONSUP Nº 056/2019, de 29 de Agosto de 2019, dispõe sobre a aprovação do Regimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS. O NDE é um órgão consultivo responsável pela concepção e consolidação do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) de Graduação e tem por finalidade a atualização e revitalização dos mesmos. São atribuições do NDE:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; - Colaborar com a atualização periódica do PPC;
- Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação nos Colegiados dos respectivos Cursos, sempre que necessário;
- Contribuir para a análise e avaliação do PPC, das ementas, dos conteúdos programáticos e dos planos de ensino dos componentes curriculares;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de

trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

- Auxiliar o acompanhamento das atividades do corpo docente;
- Analisar e propor ações a partir dos resultados das avaliações institucionais, entre outras ações.

O NDE do curso de Pedagogia EaD do IFSULDEMINAS está de acordo com a Resolução CONSUP Nº 056/2019, que exige pelo menos 60% (sessenta por cento) dos docentes que compõem o NDE deverão possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *Stricto Sensu* e preferencialmente com formação acadêmica na área do curso. Soma-se que todos os membros devem possuir regime de trabalho parcial ou integral, sendo, pelo menos, 20% em tempo integral. Adicionalmente, que assegure-se a renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a dar continuidade no processo de acompanhamento do curso. O NDE reunir-se-á no mínimo 1 (uma) vez por semestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente ou pela maioria simples de seus membros. As decisões são tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes. O quórum mínimo para dar início à reunião é de 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos membros.

23.2. Colegiado de Curso

Os Colegiados de Curso do IFSULDEMINAS estão institucionalizados pela Resolução CONSUP nº 032/2011, posteriormente atualizada para a Resolução nº 020/2019, de 27 de março de 2019 que determina a representatividade dos segmentos (discentes e docentes), a periodicidade de reuniões e o registro das ações devidamente registradas em ata. É um órgão consultivo e deliberativo, responsável por zelar pelo cumprimento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação, ouvir e dar encaminhamento às demandas da comunidade acadêmica, do acompanhamento do processo de avaliação interna e externa do curso e outras atividades administrativas e pedagógicas, pautadas pelo seu presidente (Art. 2º da Resolução nº 020/2019, de 27 de março de 2019).

A Resolução determina que o Colegiado do Curso deve reunir-se no mínimo duas vezes por semestre e extraordinariamente sempre que convocado

pelo presidente ou pela maioria simples de seus membros. As decisões serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes, devendo ocorrer o registro em ata. As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, mencionando-se a pauta.

O Colegiado do Curso de Pedagogia EaD do IFSULDEMINAS está de acordo com a resolução supracitada. Possui a constituição prevista na resolução, a saber: I – Coordenador de Curso; II – Vice Coordenador de Curso, quando houver; III - Cinco (5) docentes efetivos, sendo três (3) da área profissionalizante e/ou específica do curso e dois (2) da área básica e, quando possível, contar com representantes da equipe pedagógica. Ter no mínimo 1 suplente para cada área; IV - Dois (2) discentes regularmente matriculados no curso e, no mínimo, 1 discente regularmente matriculado como suplente; V - Fica facultado: Um (1) Técnico Administrativo em Educação, efetivo, ligado à Diretoria de Ensino Pesquisa e Extensão (DEPE) ou Diretoria de Desenvolvimento Educacional (DDE), tendo um (1) membro suplente. Conforme o Art. 6º da referida resolução, os membros do Colegiado do Curso terão mandato de 2 anos, sendo possível reeleição por mais dois anos.

Suas competências e funcionamento são regidos pelas normas acadêmicas do IFSULDEMINAS - Resolução CONSUP – que dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno dos Colegiados de Cursos de Graduação, tendo como atribuições:

- I - Auxiliar a Coordenação e o NDE do curso sempre que solicitado;
- II - Elaborar o seu regimento interno devendo prever questões como: quórum para as reuniões, faltas dos membros;
- III - Analisar e aprovar planos de ensino e, quando possível, com o apoio da equipe pedagógica;
- IV - Deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão de curso;
- V - Conduzir e validar o processo de eleição de Coordenador e Vice-Coordenador do Curso, observando o regimento próprio. Sendo esse processo conduzido pelo colegiado ou comissão eleitoral;
- VI - Receber, analisar e encaminhar solicitações de ações disciplinares referentes ao corpo docente ou discente do Curso;

VII - Emitir parecer sobre processos de aproveitamento de estudos e consequente dispensa de disciplina, conforme prevista nas Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS;

VIII - Apoiar e assessorar o coordenador de curso no desenvolvimento de suas atividades, notadamente na condução das ações de execução dos regimentos acadêmicos do IFSULDEMINAS e demais normatizações;

IX - Atuar em conjunto com a Comissão Própria de Avaliação – CPA no processo de autoavaliação institucional, com a responsabilidade de envolver toda a comunidade acadêmica, em auxílio ao NDE;

X - Analisar os encaminhamentos sugeridos pelo NDE e deliberar ações a respeito desses encaminhamentos e também resultados da autoavaliação;

XI - Coordenar a implementação das ações, propostas pelo NDE e pelo Colegiado de Curso, a partir dos resultados da autoavaliação institucional (CPA) e da autoavaliação do curso.

23.3. Atuação do(a) Coordenador(a)

A Resolução CONSUP N° 112/2018, trata-se de um regulamento que disciplina as atribuições dos Coordenadores e Vice-Coordenadores dos Cursos de Graduação (CCG) do IFSULDEMINAS. Nesse regulamento estão previstas as participações do coordenador de curso junto aos órgãos colegiados e a sua atuação frente às questões administrativas e pedagógicas do curso; junto aos discentes e aos docentes do curso; junto à gestão do *campus* e frente à elaboração de planos de ação e propostas.

A atuação da coordenação do curso de Licenciatura em Pedagogia EaD do IFSULDEMINAS desenvolverá seu trabalho conforme prevê a Resolução citada. Com a responsabilidade de zelar pelo curso, o papel do coordenador será compreendido como um “guardião” do Projeto Pedagógico, que o remete a ações planejadas para o cumprimento do que nele está proposto e validado pelas instâncias aos quais foi submetido até ser aprovado pelo Conselho Superior da Instituição (CONSUP). Nesse sentido, o coordenador deverá organizar, a cada semestre, um Plano de Ação, a ser publicado na página oficial do curso de Pedagogia EaD alocada no site oficial do Campus Muzambinho e na Área do Aluno disponibilizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem do curso, que tem

por objetivo guiar suas ações no semestre letivo. Antes da publicação, esse documento será discutido, avaliado e validado nas reuniões do colegiado de curso.

Para além do planejamento do plano de ação, e de seu desenvolvimento, o coordenador, no dia a dia, dará encaminhamento às demandas da comunidade acadêmica, das atividades administrativas e pedagógicas. No que diz respeito às ações planejadas, como nas demandas circunstanciais, que surgem ao longo do percurso acadêmico, será característica da coordenação do curso de Pedagogia ouvir, contextualizar, socializar, reunir e analisar para que se chegue a um consenso mediante às deliberações que se fizerem necessárias. A busca desse consenso poderá ocorrer por meio de reuniões presenciais ou por webconferência junto aos órgãos colegiados (NDE, Colegiado de Curso e Equipe Multidisciplinar) aos quais será o presidente, ou por meio de consultas formais e/ou informais a integrantes do corpo discente, docente e/ou professores mediadores/tutores.

24. CORPO DOCENTE

Segue abaixo detalhamento do corpo docente do curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade EaD do IFSULDEMINAS:

NOME	TITULAÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO
Amauri Araújo Antunes	- Graduação em Artes Cênicas; Graduação em Letras; Graduação em Artes; Graduação em Filosofia. - Mestrado em Teoria e História Literária; - Doutorado em Teatro	Artes
Ariana Vieira Silva	- Graduação em Engenharia Agrônoma; - Mestrado em Agronomia; - Doutorado em Agronomia	Agronomia
Carlos Renato Soares	Graduação em Matemática (Licenciatura). Pós-graduação Lato Sensu em Educação. Mestrado em Educação Matemática.	Matemática
Cristiane Fortes Gris Baldan	- Graduação em Agronomia - Mestrado em Agronomia - Doutorado em Agronomia - Graduada em Pedagogia	Educação Agronomia
Daniel William Ferreira Camargo	- Graduação em Letras (Português e Inglês) - Mestrado em Linguística	Letras
Hugo Baldan Junior	- Graduação em estudos sociais. - Mestrado Meio Ambiente e Recursos Hídricos. - Doutorado em Ciências	Educação Ciências

Ieda Mayumi Sabino Kawashita	- Graduação em Educação física. - Mestrado em Educação.	Educação Educação Física
Ivan Paulino Pereira	- Graduação em Tecnologia Análise e desenvolvimento de Sistema. Licenciatura em computação. - Especialização em Engenharia de Software Com Ênfase em Software Livre	Tecnologia
Karla Aparecida Zucoloto	-Graduação em Pedagogia. - Mestrado e Doutorado em Educação.	Educação
Larissa Sales Martins	Graduação em Enfermagem. Pós graduação em Gestão da saúde. Mestre em Saúde Pública.	Enfermagem
Lívia Carolina Vieira	Licenciatura em História Licenciatura em Pedagogia Mestrado em Educação Doutorado em Educação	Educação História
Lorena Temponi Boechat Reis	Graduação em Pedagogia. Mestrado em educação, administração e comunicação. Doutorado em engenharia agrícola	Educação
Luciana de Abreu Nascimento	Graduação em Pedagogia. Mestrado em educação e saúde na infância e adolescência Doutorado em Educação	Educação
Marcos Roberto Cândido	Graduação em História. Mestrado em linguística	História
Marcus Fernandes Marcusso	Graduação em História. Mestrado e Doutorado em educação	História
Maria Lúcia de Queiroz G. Hernandez	Graduação em Pedagogia. Mestrado e doutorado em educação.	Educação
Nathália Luiz de Freitas	Bacharelado em Linguística/Licenciatura em Língua Portuguesa, Mestrado em Letras e Doutorado em Linguística	Letras
Renato Aparecido de Souza	Bacharelado em Fisioterapia, MBA em Gestão Escolar pela USP, Mestrado em Ciências Biológicas e Doutorado em Engenharia Biomédica	Fisioterapia
Ricardo Aparecido Avelino	- Graduação, Especialização e mestrado em Educação Física.	Educação Física
Sueli Machado Pereira de Oliveira	Graduação em Pedagogia. Mestrado e Doutorado em educação, conhecimento e inclusão social	Educação
Tuffy Felipe Brant	Licenciatura e Bacharelado em Educação Física e Mestrado em Psicologia	Educação Física
Valdirene Pereira Costa	- Graduação em Pedagogia. - Especialização em Psicopedagogia. - Mestrado em Educação. - Doutoranda em Educação.	Educação

25. MATRÍCULA, CANCELAMENTO DE MATRÍCULA, RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA, APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS, MUDANÇA DE CAMPUS E DE POLO PRESENCIAL, VAGAS REMANESCENTES (TRANSFERÊNCIA EXTERNA E PORTADOR DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO), AVALIAÇÃO, DEPENDÊNCIA, REUNIÕES PEDAGÓGICAS.

Este Projeto Político-Pedagógico seguirá o regimento vigente para os cursos de graduação do IFSULDEMINAS (Normas Acadêmicas para Cursos Superiores). Atualmente encontram-se regulamentado pela Resolução CONSUP nº 069/2017, mas é importante frisar que sempre estarão em consonância com a regulamentação institucional em vigor.

26. INFRAESTRUTURA DO CAMPUS MUZAMBINHO (CAMPUS PROPONENTE)

O patrimônio imobiliário do IFSULDEMINAS campus Muzambinho está constituído de glebas de terras distribuídas nos municípios de Muzambinho, Minas Gerais (183 ha) e Guaxupé, Minas Gerais (80,01 ha), perfazendo uma área total de 263,01 hectares. As áreas encontram-se ocupadas por construções civis, áreas de produção, áreas naturais e demais estruturas.

26.1 Setor Pedagógico

O IFSULDEMINAS campus Muzambinho, conta com uma área de 2.245 m² destinada ao setor pedagógico, abrangendo as seguintes instalações:

- Secretaria de Registros Escolares: destinada ao cadastro, transcrição, manutenção e emissão de registros escolares dos que frequentam ou frequentaram a Escola. O ambiente de trabalho está informatizado com o software GIZ.
- Sala de reprografia: destinada à confecção de provas e apostilas, equipada com máquinas fotocopadoras.
- Sala de docentes.
- Sala do Departamento de Desenvolvimento Educacional.
- Auditório com capacidade para 200 pessoas, destinado a fins diversos, com TV 29", vídeo e DVD, com acesso à internet e projeto do tipo Datashow.

- Laboratórios de informática: destinados a ensino-aprendizagem, operação e utilização de softwares na área profissionalizante e com acesso à internet. Serve ainda de infraestrutura para cursos técnicos.
- Sala de multimídia com TV 29”, vídeo, DVD e projeto do tipo *Datashow*, além de contar com lousa digital.
- Sala da Coordenação de Orientação Educacional.
- Sala da Coordenação Geral de Ensino.
- Sala da Seção de Integração Escola – Comunidade - SIE-C.
- Coordenação de Cursos e Coordenação Pedagógica.

26.2 O Centro de Educação a Distância – CEAD do Campus Muzambinho

A Instituição possui o Centro de Educação a Distância – CEAD com toda infraestrutura necessária: Sala de Coordenadores de Curso, Sala de Coordenadores de Tutoria, Sala de Armazenamento e distribuição de Material Didático, sala de apoio didático-pedagógico, sala de apoio aos docentes na postagem do material instrucional, sala de elaboração de material didático, estúdio para gravação e transmissão de aulas, banheiros, biblioteca, laboratório de informática, sala de aula e reunião.

26.2.1 Infraestrutura do Polo de Apoio Presencial do Campus Muzambinho

- Sala de Coordenação do polo
- Sala de Tutoria
- Laboratório de Informática com internet banda larga
- Laboratórios específicos do Curso ou Convênios de uso pelos educandos
- Sala de aula equipada com Multimídia, tela, televisão, computador
- Sanitários por sexo e com atendimento a pessoas com necessidades especiais.
- Biblioteca
- Sala de webconferência
- Equipamentos de televisão, videocassetes, áudio-cassetes, fotografia, impressoras, linhas telefônicas, fax, equipamentos para produção audiovisual computadores ligados em rede e/ou stand alone e outros, dependendo da proposta do curso.

- Centros de documentação e informação ou midatecas (que articulam bibliotecas, videotecas, audiotecas, hemerotecas e infotecas, etc.) para prover suporte a educandos, professores mediadores/tutores e docentes.

26.3 Biblioteca Monteiro Lobato

A área da Biblioteca "Monteiro Lobato", atualmente, corresponde a 713,3 m², sendo a área do acervo equivalente a 93 m². O empréstimo de livros pode ser realizado por via eletrônica - Programa GIZ e todo o acervo cadastrado pode ser consultado via *web*. Encontra-se aberta de segunda-feira a sexta-feira de 7h às 22h30, ininterruptamente, para o atendimento diário a comunidade interna e externa (público geral), e aos sábados quando há encontros presenciais do curso de Pedagogia EaD.

Possui ainda sala de Processamento Técnico, com área de 13 m², reservada para o tratamento do material bibliográfico. Esse ambiente conta com 01 microcomputador, 01 impressora e 01 scanner. Há também uma área reservada à Reprografia de 4,5 m², com máquina de fotocópia e impressora a laser. O prédio da biblioteca é dotado de 9 computadores para uso de alunos/visitantes e 2 destinados a consulta de livros do acervo através do programa Pergamum. Dispõe de um aparelho de telefone IP que permite fazer ligações interna e externas, impressora a laser e acesso Wi-Fi, oferecendo internet a todos os usuários. Conta ainda com Sala para estudo individual, Sala de estudos em grupo, Sala de processamento técnico - reservada para o tratamento do material bibliográfico, bem como elevador para acesso à pessoas com necessidades específicas.

A consulta ao acervo é feita por meio de terminais específicos para busca *on-line* e todas as obras seguem o sistema de Classificação Decimal Dewey (CDD). Para catalogação utiliza-se a tabela AACR2. Concomitantemente ao acervo, estão disponíveis para consulta periódicos assinados pelo IFSULDEMINAS e, também, periódico doados à Instituição. A biblioteca apresenta também Sala para Estudo Individual, Sala de Estudos em Grupo, Sala de Multimídia, que oferece suporte aos docentes, educandos e funcionários para aulas, palestras e sessões de filmes técnicos e de lazer; Videoteca e Mapoteca; Sala de Leitura; Gibiteca; Núcleo de Conectividade com acesso à Internet.

O acervo é composto por aproximadamente 17.000 exemplares entre livros, monografias, teses, dissertações, DVDs, obras de referência e periódicos. Todo o acervo físico está tombado junto ao patrimônio da IES e gerenciado pelo Sistema Pergamum sendo os serviços on-line, com acesso via internet. O empréstimo domiciliar de materiais é permitido para alunos devidamente matriculados, sendo disponibilizados até 5 materiais por 7 dias seguidos. Para professores, tutores e servidores terceirizados o empréstimo é de até 10 materiais por 15 dias seguidos. Os usuários podem se cadastrar no balcão de atendimento ou virtualmente através da página da Minha Biblioteca.

O acervo bibliográfico virtual tem como suporte a Plataforma Digital "Minha Biblioteca" que é formada pelo consórcio das quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil: Grupo A, Atlas, Grupo GEN e Saraiva. Essa plataforma oferece às instituições de ensino uma plataforma prática e inovadora disponibilizando seus e-books nas nuvens para acesso a partir de qualquer dispositivo conectado à Internet, possuindo um conjunto de funcionalidades para enriquecimento de estudos e leitura. Atualmente, possui disponíveis mais de 8 mil títulos. O acervo da biblioteca é aberto, de livre acesso às estantes. As obras estão arranjadas por assunto de acordo com Classificação Decimal Dewey (CDD), por autor segundo a tabela (PHA) e catalogado de forma descritiva, conforme o Anglo Americano (AACR2). Para consulta ao acervo, a biblioteca disponibiliza aos usuários terminal de consulta local e via internet.

Todas as bibliotecas do IFSULDEMINAS possuem um sistema interligado denominado "Meu Pergamum" que permite aos usuários consultarem o acervo, reserva de livros, renovação on-line e consulta de débitos referentes ao acervo de todos os campi-polo.

Para melhor atendimento aos usuários, a biblioteca conta com parcerias e convênios: Catálogo Coletivo Nacional (CCN), Portal de Periódicos da CAPES, Biblioteca Nacional e Sistema de Bibliotecas Pergamum. O Portal de Periódicos Capes reúne e disponibiliza às instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Esse conta com um acervo de acima de 33 mil títulos com textos completos, 130 bases referenciais, dez bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

Dispõe ainda de acesso ao Scielo e LivRe que apresentam uma grande robustez de informação, além dos Portais de Periódicos de Acesso Aberto (Open Access) das principais instituições, tais como, UNICAMP, USP e UFSC, etc.

26.4 Laboratórios específicos do curso de Licenciatura em Pedagogia

O Curso de Licenciatura em Pedagogia EaD do IFSULDEMINAS possui dois laboratórios didáticos de formação específica, o Laboratório de Práticas Pedagógicas - Brinquedoteca, e o Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores - LIFE. De acordo com a definição de Laboratórios Didáticos no Glossário do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - IACG (INEP/MEC, 2017, p. 47), eles se caracterizam por serem "*Laboratórios, ambientes e/ou espaços onde se desenvolvem atividades pedagógicas de integração entre teoria e prática*".

26.4.1 Laboratório de Práticas Pedagógicas - Brinquedoteca

A *Brinquedoteca* do curso de Licenciatura em Pedagogia EaD do IFSULDEMINAS será um núcleo de apoio pedagógico ao curso, no qual os educandos poderão pensar, discutir, analisar e investigar o valor do brinquedo, dos jogos e das brincadeiras no desenvolvimento da criança e, ainda, poderão compreender que esta é livre para brincar, aprender, interagir, criar e, nesse sentido, o lúdico desenvolve um papel essencial.

Para atender as demandas do curso de Pedagogia, as Brinquedotecas estarão disponíveis nos três campi-polos e deverão estar estruturadas conforme definido pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE do curso, ou seja, seguindo a organização de acordo com os "cantinhos":

1) **Cantinho do Supermercado (Mercadinho Kids)**: local onde se criam situações de compra e venda de produtos diversos, possibilitando o desenvolvimento de operações matemáticas. A criança tem a oportunidade de expressar e aprimorar o conhecimento cultural que traz consigo em relação ao consumismo, respeito à qualidade da mercadoria adquirida, prazo de validade das mercadorias, cuidado com o armazenamento, a organização e outros tantos conhecimentos;

2) **Cantinho da Leitura:** considerando ser a leitura fundamental para o desenvolvimento intelectual, esse cantinho promove o desenvolvimento da interpretação, representação, imaginação com a variada oferta de textos, histórias e revistinhas infantis, além de se constituir em espaço de lazer;

3) **Cantinho do Faz de Conta:** tem como objetivo possibilitar representações cognitivas e afetivas, estimulando a fantasia e o sonho com personagens de histórias infantis. O faz de conta estimula a criança a lidar com muitas questões, já que ela comanda a história. As brincadeiras de casinha, por exemplo, podem ajudar no aprendizado dos papéis familiares; as de médico e de professor, podem ajudar a refletir sobre a importância das profissões; brincar com as bonecas trabalha o senso de cuidado e afetividade, entre outras. Por meio da brincadeira, a criança procura entender como se dão as relações no mundo em que vive, tanto na esfera da vida pública quanto privada, criando mundos e fazendo de conta que eles existem. O uso do teatro do fantoche também deve estar presente neste cantinho;

4) **Cantinho da Cultura e da Beleza:** Este espaço remete ao cuidado de si e à construção de uma imagem corporal, que é também cultural, se baseando nas experiências de vida das crianças. O espaço conta com um espelho de tamanho razoável, que serve não apenas para o momento da brincadeira neste cantinho, mas a todo instante, como forma de construir a imagem corporal;

5) **Cantinho das Artes – Sucatoteca:** espaço para dar asas à criatividade, preferencialmente, através da pintura, desenho, colagem, explorando-se o uso de sucatas. Neste espaço a criança tem a liberdade para expressar seus sentimentos, desenvolvendo o senso estético, através do contato com obras de arte de artistas renomados, seja por figuras, fotos, visitas a sites específicos;

6) **Cantinho dos Jogos e Brinquedos Pedagógicos:** separados por faixa etária, esses brinquedos trabalham a atenção, a memória e o sentido de equipe. Por brincarem em conjunto, as crianças aprendem a dividir, favorecendo a interação entre as várias idades e/ou escolarização. Neste espaço encontramos jogos específicos para explorar o pensamento e diagnosticar possíveis dificuldades de aprendizagem.

Para a organização do espaço em cantinhos, vários materiais (de consumo e permanente) deverão ser adquiridos e, nesse sentido, recomenda-se seguir as orientações da Associação Brasileira de Brinquedotecas – ABBri, além de possibilitar que diversos materiais criativos sejam produzidos pelos estudantes do curso de Pedagogia. Algumas disciplinas do Curso que poderão explorar os materiais lúdicos desse rico espaço de aprendizagem, a exemplo, são: disciplinas que envolvem as metodologias de ensino (artes, matemática, língua portuguesa, ciências, história, geografia, educação física); Prática como Componente Curricular - PCC; Educação, corpo e movimento; Ludicidade na escola e Metodologia da Educação Infantil. O NDE do curso sugere que as disciplinas citadas desenvolvam a parte conceitual e também proponham a inter-relação dessa teoria com a prática no espaço da brinquedoteca.

As brinquedotecas terão o objetivo de contribuir para a conceituação de jogo, brinquedo e brincadeira e sua importância na educação; formar profissionais que valorizem o lúdico; desenvolver pesquisas que apontem a relevância dos jogos, brinquedos e brincadeiras para a educação; promover a extensão ao elaborar projetos que envolvam a comunidade, oferecer informações, organizar cursos e divulgar experiências; estimular ações lúdicas entre os educandos do curso e as crianças que frequentam a brinquedoteca.

É importante contar com o apoio pedagógico de um estagiário, discente do curso, cujo papel seja promover ações que propiciem situações de interação e aprendizagem e que estendam o desenvolvimento do brincar às crianças; elaborar projetos coletivos com docentes e educandos a longo, médio e curto prazo sobre o trabalho metodológico, as aulas práticas, as tarefas de iniciação científica e demais atividades que garantam a missão e objetivos que se propõem alcançar com a brinquedoteca tornando-a “um espaço onde a liberdade, a arte, a vontade, a sensibilidade, a cultura, o prazer de brincar e o respeito à criança estejam sempre presentes” (KISHIMOTO, 2001); realizar atendimento ao público; cuidar da higienização do espaço e dos brinquedos; zelar pelo espaço e sua organização, além de organizar a catalogação dos jogos, brinquedos e materiais diversos.

Assim, as Brinquedotecas do IFSULDEMINAS atenderão às necessidades do curso e, para tanto, deverão possuir Normas de funcionamento, utilização e segurança; apresentar conforto; passar por manutenção periódica (reparos,

limpeza, etc.); contar com a disponibilidade de serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, uma vez que possuem acesso a um computador interativo (projeto multimídia).

26.4.2 Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – Programa LIFE da CAPES

Os LIFEs dos campi-polos surgiram de um auxílio da CAPES de R\$ 200 mil para aquisição de bens e materiais permanentes, destinados à criação de Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores através do programa LIFE. Os laboratórios foram criados nos *campi* Inconfidentes, Machado e Muzambinho objetivando promover a integração entre os cursos graduação/licenciatura e a articulação com os projetos PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) e Novos Talentos. Com a implantação das unidades, foi possível incentivar o desenvolvimento de metodologias voltadas para a inovação das práticas pedagógicas, elaboração de materiais didáticos de caráter interdisciplinar, uso de tecnologia da informação e comunicação e amparar projetos que envolvem pesquisa e extensão.

Atualmente o LIFE presta atendimento a todos os discentes dos cursos de Licenciatura, mas destacamos como um diferencial o atendimento aos discentes envolvidos em projetos do PIBID, da Residência Pedagógica e aqueles envolvidos com o Estágio Curricular e o TCC. Possui Normas de Funcionamento, e encontra-se à disposição não só de licenciandos mas de docentes que atuam nas licenciaturas, como em eventos e atividades ligadas aos seus cursos mediante agendamento prévio e ordem de prioridade: 1) Atividades ou eventos das disciplinas dos cursos de Licenciaturas; 2) Eventos da área de educação, palestras, atividades didáticas que necessitem justificadamente da infraestrutura do LIFE; 3) Eventos oficiais da área de educação, palestras, atividades didáticas que necessitem justificadamente da infraestrutura do LIFE; 4) outros eventos.

No caso do Campus Muzambinho, conta com uma sala de, aproximadamente, 100m², isolamento acústico e ar condicionado, capacidade para até 40 pessoas sentadas, dispo de conforto - iluminação e ventilação, acesso à internet Wireless, manutenção periódica - limpeza e organização do

espaço, e sempre que solicitado, acesso aos serviços de apoio técnico. Possui como estrutura: mesas redondas, cadeiras, 4 computadores completos, 3 netbooks, 2 projetores, 3 lousas digitais, 1 câmera digital, 2 GPS, 2 impressoras, 1 televisão de 72" e 2 mini system. Possui, ainda, diversos materiais de papelaria (cola, tesoura, tinta, papéis variados, bexigas, régua, alfinetes, canetinha, lápis de cor, fita, grampo, grampeador, clips, caderno, pastas variadas, cola quente com pistolas, TNT), além de materiais pedagógicos como binóculo, óculos simulador de embriaguez, modelos anatômicos (mini esqueleto humano, vagina, pênis, crânio, cérebro, útero com bebê, simulador de parto), maquete de célula animal e vegetal, quites diversos (consequência do abuso do álcool, física, ensinando plantas medicinais na escola). Todo esse material é disposto em planilhas excel para controle de estoque.

O LIFE do Campus Muzambinho é um laboratório didático que, atualmente, conta com a coordenação de um servidor efetivo do Campus Muzambinho. Uma das normas do LIFE é referente a responsabilidade que os docentes têm junto aos materiais emprestados, assim, no caso de empréstimos aos estudantes envolvidos com PIBID, Residência Pedagógica e Estágio Curricular e TCC, é o docente responsável pelos programas (e/ou orientador) que deve assinar e se responsabilizar pelos materiais emprestados. É importante ressaltar que alguns projetos de pesquisa e de extensão também utilizam recursos desse laboratório.

27. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, o educando deverá concluir com aprovação todos os componentes curriculares descritos na matriz, o Trabalho de Conclusão de Curso, o Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Práticas enquanto Componentes Curriculares e demais atividades previstas neste Projeto Pedagógico de Curso, além de apresentar a regularidade com o ENADE.

Em relação à expedição de Diplomas e Certificados, as Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS (Resolução CONSUP nº 069/2017) disciplina:

Art. 52. O IFSULDEMINAS expedirá diploma de TECNÓLOGO, LICENCIADO ou BACHAREL aos que concluírem todas as exigências do curso em que estiver matriculado ou de uma de suas habilitações ou modalidades, de acordo com a legislação em vigor.

§ 1º. A colação de grau no IFSULDEMINAS é obrigatória, conforme a data prevista no Calendário Escolar.

§ 2º. É vedada a colação de grau antes da data prevista no calendário escolar, salvo em caráter excepcional.

§ 3º. Caso o educando esteja ausente na colação de grau na data prevista no Calendário Escolar, uma nova data será definida pelo Reitor do IFSULDEMINAS ou seu representante legal, conforme sua disponibilidade.

28. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Parecer CNE 776/97.** Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 1997.** Regulamenta o parágrafo único do art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.795/99, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 10.098/2000, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº28/2001.** Estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Docentes, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2001.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 4.281/2002, de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial² da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. **Parecer 67/2003**. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação – Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei nº 10.861/2004, de 14 de abril de 2004**. Institui o SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Brasília, 2004.

BRASIL. **Resolução CNE/CES 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.296/2004, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, e nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências. Brasília, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.622/2005, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2005

BRASIL. **Decreto nº 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS. Brasília, 2005

BRASIL. **Resolução CNE/CP 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, 2006.

BRASIL. **Portaria MEC nº 40/2007**. Institui o e-MEC. Brasília, 2007.

BRASIL. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. MEC/Secretaria de Educação a Distância, Brasília, 2007.

BRASIL. **Instrumento de avaliação de cursos de avaliação: presencial e a distância – Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento**. Brasília: MEC/INEP/DAES, 2017. Disponível em: <. Acesso em: 07 Mai 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL. **Parecer 14/2009 MEC/SEESP/DPEE**. Terminalidade Específica. Brasília, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.037/2009**. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3. Brasília, 2009.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.611/2011, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. **Resolução CNE/CES 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Define Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012.

BRASIL. **Número de crianças em creches cresce 150% em uma década. 2012**.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/207-1625150495/17753-numero-de-criancas-em-creches-cresce-150-em-uma-decada>

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 02/2013**. Consulta sobre a possibilidade de aplicação de “terminalidade específica” nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Brasília, 2013.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 2015.

BRASIL. **Decreto 9.057 de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 028/2011, de 05 de agosto de 2011**. Dispõe sobre a aprovação da Normativa de Transferência Interna. Pouso Alegre, 2011.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 041 de 08 de agosto de 2011**, que dispõe sobre a aprovação “*ad referendum*” da criação do Curso Superior de Pedagogia. Pouso Alegre/MG, 2011.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 030/2012, de 19 de julho de 2012**. Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2012.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 047/2012, de 13 de novembro de 2012**. Dispõe sobre a aprovação das Normas de Calendário Acadêmico do IFSULDEMINAS.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 012/2013, de 29 de abril de 2013**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Monitoria de Ensino. Pouso Alegre, 2013.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 028/2013, de 17 de setembro de 2013**. Dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Integrados da Educação Técnica Profissional de Nível Médio. Pouso Alegre, 2013.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 071/2013, de 25 de novembro de 2013**. Dispõe sobre a aprovação da reestruturação da Resolução 037/2012 – Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação. Pouso Alegre, 2013.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 101/2013, de 16 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre a aprovação das Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2013.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 102/2013, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013**. Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2013.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 107/2014, de 18 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) – Cursos de Graduação - IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2014.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 059/2015, de 01 de setembro de 2015**. Dispõe sobre a alteração no PDI 2014/2018, Alteração no percentual de ingresso de educandos no IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2015.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 069 de 2017**. Dispõe sobre alterações das Normas Acadêmicas dos cursos de Graduação do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2017.

IFSULDEMINAS. **Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI 2019 – 2023**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2001

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 1999

_____. Estados de consciência e atividades lúdicas. In: PORTO, Bernadete. **Educação e ludicidade**. Ensaio 3. Salvador: UFBA, 2004, pp. 11-20.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de Professores**. São Paulo: Cortez, 1997.

RAYMUNDO, G. M. C. **O Estágio Supervisionado: lócus formativo para acadêmicos que atuam como professores na educação básica**. Florianópolis/SC: ANPED SUL, 1996.

Revista Exame. **Número de crianças matriculadas em creches sobe em 2019, aponta censo**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/numero-de-criancas-matriculadas-em-creches-sobe-em-2019-aponta-censo/>

SILVA, R. S. da. **Gestão de EAD: educação a distância na era digital**. São Paulo: Novatec, 2013.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, R.J.: Editora Vozes, 2002.